



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 022/023

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE ABRIL DE 2007

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democrata

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Cláudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Luiz Nishimori*  
*PFL ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Elton Welter*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PTB ..... Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN ..... Marcelo Rangel*  
*Bloco PSB/PL/PRB/PV ..... Reni Pereira*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## S U M Á R I O S

### **DIÁRIO Nº 022**

#### **21ª SESSÃO ORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Mensagens .....	04
Telegramas .....	06
Ofícios .....	06
Indicações .....	06
Requerimentos .....	07
Projetos de Lei .....	11
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Plauto Miró Guimarães .....	14
Dep. Luiz Eduardo Cheida .....	15
Dep. Waldyr Pugliesi .....	17
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati .....	21
Liderança do PMDB	
Dep. Waldyr Pugliesi .....	18
Liderança do Governo	
Dep. Waldyr Pugliesi .....	19
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	22
Discussão/Votação	
Redação Final .....	23
2ª Discussão .....	24
Discussão Única (Indicações) ...	25
Requerimentos .....	25
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>28</b>
<b>Publicações:</b>	
Comissão Executiva	
Atos .....	28

### **DIÁRIO Nº 023**

#### **022ª SESSÃO ORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>39</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>39</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>39</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimento .....	39
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão/Votação	
1ª Discussão .....	40
Discussão Única (Proposições) ..	41
Discussão Única (Indicações) ....	43
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>43</b>
<b>Publicações</b>	
Atas de Comissão	
Finanças .....	43
<b>Publicações Administrativas .....</b>	<b>45</b>

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 022**

### **21ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva .....03**

**Presenças.....03**

**Abertura da Sessão .....03**

#### **Expediente:**

Mensagens .....04

Telegramas.....06

Ofícios .....06

Indicações .....06

Requerimentos.....07

Projetos de Lei..... 11

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Plauto Miró Guimarães..... 14

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 15

Dep. Waldyr Pugliesi..... 17

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati.....21

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi..... 18

Liderança do Governo

Dep. Waldyr Pugliesi..... 19

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....22

Discussão/Votação

Redação Final .....23

2ª Discussão .....24

Discussão Única (Indicações)....25

Requerimentos .....25

**Encerramento da Sessão .....28**

#### **Publicações:**

Comissão Executiva

Atos.....28

### **DIÁRIO Nº 022**

### **021ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**04 DE ABRIL DE 2007**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kiesel, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno,

Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (34).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Stephanes Júnior e Valdir Rossoni (14).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Geraldo Cartário, Ney Leprevost, Ribas Carli Filho, Rui Hara e Teruo Kato (06)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

## ***Mensagem***

MENSAGEM Nº 011/07

Curitiba, 02 de abril de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, em conformidade com o preceito contido nos artigos 74 e 78, da Carta Estadual, encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses públicos, tendo em vista que, guardando perfeita consonância e harmonia com princípios constantes da Magna Carta, da Constituição Estadual, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e com os demais dispositivos legais aplicáveis à matéria, ensejará, por certo, maior eficiência, produtividade, economicidade e celeridade no serviço público estadual.

O Sistema que se pretende instituir terá por objetivo fundamental estabelecer o regramento necessário ao pleno cumprimento das ações referentes aos Programas de Governo estabelecidos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, assim como para avaliação da Gestão dos Agentes Públicos e a correta aplicação das políticas públicas, no âmbito da Administração Direta e Indireta, cujo Sistema terá estrutura e competências regulamentadas por decreto.

Vale, finalmente, destacar que o anexo anteprojeto de lei prevê a Coordenação do Sistema Interno do Poder Executivo, a qual será diretamente subordinada ao Governador do Estado e, ainda, contém dispositivos referentes à apuração e responsabilidade por eventuais irregularidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, tendo por objetivo estabelecer o regramento necessário para o cumprimento das ações referentes aos Programas de Governo estabelecidos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, bem como a avaliação da Gestão dos Agentes Públicos e a correta aplicação das políticas públicas, no âmbito da Adminis-

tração Direta e Indireta, com atividades, estruturas e competências regulamentadas por decreto.

Parágrafo Único. Integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual todas as Secretarias de Estado, a Procuradoria-Geral do Estado, os órgãos da Administração Direta e Indireta, inclusive as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e demais Órgãos de Regime Especial.

## **Capítulo I**

### **Das Disposições Preliminares**

Art. 2º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual consiste em um plano organizacional de métodos e procedimentos, de forma ordenada, articulados a partir de um órgão central de coordenação, adotados pela Administração Pública para salvaguardar seus ativos, obter informações oportunas e confiáveis, promover a eficiência operacional, assegurar a observância das leis, normas e políticas vigentes, estabelecer mecanismos de controle que possibilitem informações à sociedade e impedir a ocorrência de fraudes e desperdícios.

Art. 3º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual prestará apoio ao Órgão de Controle Externo no exercício de sua função, em cumprimento ao artigo 74 da Constituição Estadual.

Parágrafo Único. O apoio ao Controle Externo, sem prejuízo do disposto em legislação específica, consiste na prestação de informações e dos resultados das ações do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

## **Capítulo II**

### **Das Atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual**

Art. 4º As atividades do Sistema de Controle Interno, exercidas em todos os níveis e em todos os órgãos e entidades da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual compreenderão, particularmente:

I - o controle exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia, objetivando o cumprimento dos programas, metas, diretrizes e orçamentos e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica do órgão controlado;

II - o controle, pelos diversos órgãos da estrutura organizacional, da observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;

III - o controle sobre o uso e guarda dos bens pertencentes ao Estado, efetuado pelos órgãos próprios;

IV - o controle orçamentário e financeiro sobre as receitas e as aplicações dos recursos, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento, de Contabilidade e Finanças;

V - o controle exercido pela Coordenação de Controle Interno destinado a avaliar a economia, a eficiência

e a eficácia do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, e assegurar a abservância dos dispositivos constitucionais e aos incisos I a VI do artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º O Órgão Central do Sistema será a Coordenação de Controle Interno.

Art. 6º As atividades do Sistema de Controle Interno nos órgãos e entidades da estrutura organizacional do Poder Executivo, serão exercidas pelos respectivos ordenadores de despesa.

### **Capítulo III**

#### **Da Coordenação de Controle Interno - CCI**

Art. 7º Fica instituída a Coordenação de Controle Interno - CCI, Órgão Singular de função consultiva e executiva do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, a ser regulamentada por decreto.

Art. 8º A Coordenação do Sistema de Controle Interno será exercida pelo Secretário de Controle Interno e fará parte da Governadoria do Estado, na forma do artigo 11, inciso I, da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987.

### **Capítulo IV**

#### **Da Finalidade da Coordenação de Controle Interno - CCI**

Art. 9º A Coordenação de Controle Interno - CCI, terá por finalidade:

I - planejamento, coordenação, controle e avaliação das atividades de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;

II - integração operacional para o desenvolvimento das atividades entre as Secretarias de Estado e demais Órgãos da Administração Direta e Indireta;

III - expedição de atos normativos sobre procedimentos de controle e recomendações para o aprimoramento;

IV - avaliação da economia, eficiência e eficácia de todos os procedimentos adotados pela Administração Pública, através de processo de acompanhamento realizado nos sistemas de Planejamento e Orçamento, Contabilidade e Finanças, Compras e Licitações, Obras e Serviços, Administração de Recursos Humanos e demais pertinentes à Administração;

V - proporcionar o estímulo e a obediência das normas legais, diretrizes administrativas, instruções normativas, estatutos e regimentos;

VI - garantir a promoção da eficiência operacional e permitir a conferência da exatidão, validade e integridade dos dados contábeis que serão utilizados pela organização para tomada de decisões;

VII - assegurar a proteção dos bens do erário, salvaguardando os ativos físicos e financeiros quanto a sua correta utilização;

VIII - assegurar a legitimidade do passivo, mantendo um sistema de controle eficiente da Dívida Ativa;

IX - propiciar informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo e operacional sobre os resultados atingidos;

X - acompanhamento sobre a observância dos limites legais e constitucionais de aplicação com gastos em áreas afins;

XI - estabelecimento de mecanismos voltados a comprovar a eficácia, a eficiência e a economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial na Administração Pública;

XII - alerta formal às autoridades administrativas para que instaurem, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos ilegais, ilegítimos ou outros incompatíveis com a prática da Administração Pública e que resultem em prejuízo ao erário;

XIII - realização de inspeções, auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais sistemas;

XIV - cumprimento, por parte do titular da CCI, do estabelecido no parágrafo único, do artigo 54, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

### **Capítulo V**

#### **Das Apurações de Irregularidades e Responsabilidades**

Art. 10. Verificada a ilegalidade nos atos administrativos pelos Agentes Públicos, a Coordenação de Controle Interno, de imediato, adotará as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados.

Art. 11. Não havendo a regularização relativa à irregularidade ou ilegalidade apuradas, o fato será documentado e levado ao conhecimento das autoridades administrativas pela Coordenação de Controle Interno.

Parágrafo Único. Nos casos de indícios de irregularidade ou ilegalidade, não sanados pelo Agente Público, a Coordenação de Controle Interno determinará a abertura de processo administrativo para apurar os fatos.

Art. 12. Fica obrigado o responsável pelo Sistema de Controle Interno, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, conforme artigo 78, parágrafo 1º, da Constituição Estadual.

Art. 13. Fica criado, no âmbito da Governadoria, 1 (um) cargo de Secretário de Controle Interno símbolo AE-1, que deverá ser preenchido preferencialmente por servidor estável com notória especialização na matéria tratada nesta lei.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**A Diretoria Legislativa.**

## Telegrama

Do Ministério da Saúde sob o n° 000120/MS/SE/FNS, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, no valor de R\$ 64.407,00 para pagamento de incentivo para o fortalecimento dos laboratórios centrais de saúde pública. **Ao conhecimento da Casa.**

## Ofícios

Sob o n° CTL/CC/029/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei n° 297/06 de autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a doar aos municípios, imóveis de propriedade do Estado do Paraná, que estejam ocupados por estabelecimentos municipais de ensino de 1° grau, municipalizados mediante convênios, o qual convertido em Lei tomou o n° 15.469. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o n° 083 do Sr. José Carlos Dantas Pimentel Júnior, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos do Ministério Público do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos se foi efetuado no ano de 2006 o pagamento aos membros do Ministério Público do Paraná, das diferenças salariais relativas às URVs do Plano Bresser. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° C.DAF.DDE.N° 101/07 do Sr. José João Reis, Chefe do Departamento de Administração Financeira - DAF da EMBRAPA, comunicando celebração de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n° 10200.06/0201-5 entre a EMBRAPA e o IAPAR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 925/07/REDUR/LD do Sr. Olides Millezi Júnior, Superintendente Regional Norte do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 96.900,00 (noventa e seis mil, novecentos reais), referente à parcela do Contrato de Repasse OGU n° 0210149-15/06/MDA/Caixa, Programa PRONAF ATER, do IAPAR - Instituto Agromônico do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO N° 024/07

Curitiba, 04 de abril de 2007.

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, em uso de suas atribuições regimentais, requer, a V. Exa. a reserva do Plenarinho da Assembléia Legislativa, para o dia 03 de

maio próximo (quinta feira), a partir das 09h00, com o objetivo de promover uma Audiência Pública sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que tem por objetivo proporcionar uma nova distribuição dos investimentos em Educação.

Atenciosamente,

(a) PÉRICLES DE MELLO

OFÍCIO N° 025/07

Curitiba, 04 de abril de 2007.

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, em uso de suas atribuições regimentais, requer, a V. Sa. a reserva do Plenarinho da Assembléia Legislativa, para o próximo dia 22 de abril, dia em que a Lei 4950-A completará 41 anos. Tal legislação fixa o piso salarial dos diplomados em Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Química e Veterinária, como forma de valorização profissional destas categorias de trabalhadores. Posteriormente, a Resolução 397 do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, estende o salário mínimo profissional aos profissionais de Geologia, Geografia e Meteorologia.

Atenciosamente,

(a) PÉRICLES DE MELLO

## Indicações

INDICAÇÃO N° 054/07

SÚMULA:

Reformas na quadra do ginásio de esportes e na casa do zelador, no Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, no Município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Reforma na quadra do ginásio de esportes e na casa do zelador, no Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, no Município de Maringá.

II - Essa reivindicação vem suprir uma necessidade dos alunos do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, com o protocolo do sistema integrado de documentos n° 5.502.809-5.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 055/07

SÚMULA:

Reforma geral na Escola JandaiJandaiaa do Sul, no Município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas., para

expor e reivindicar o seguinte:

I - Reforma geral na Escola Jandaia do Sul, no Município de Maringá.

II - Essa reivindicação vem suprir uma necessidade dos alunos da Escola Jandaia do Sul, com o protocolo do sistema integrado de documentos nº 8.559.442-7.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) DR. BATISTA

#### INDICAÇÃO Nº 056/07

Exmo. Sr. Secretário Estadual da Saúde:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se a V. Exa. para solicitar a compra imediata do medicamento PROGRAF, para evitar a rejeição nos transplantados do fígado.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal medicamento é o único capaz de evitar com segurança a rejeição aos fígados transplantados, e a situação é de uma urgência total, pois já recebemos informações que transplantados da Cidade de Paranavaí não terão mais acesso a este medicamento dentro de trinta dias.

#### INDICAÇÃO Nº 057/07

Exmo. Sr. Secretário Estadual de Obras Públicas

O Deputado Ney Leprevost dirige-se a V. Exa. para solicitar a imediata duplicação da rodovia que liga Curitiba a Piraquara.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz de absoluta urgência, pois esta estrada tem se tornado campeã em trágicos acidentes e a ligação com a Capital do Estado deve ser ampliada e melhorada ante o constante avanço populacional da região.

#### INDICAÇÃO Nº 058/07

Exmo. Sr. Secretário Estadual da Saúde

O Deputado Ney Leprevost dirige-se a V. Exa. para solicitar:

1. A instalação de uma Unidade de Terapia Intensiva - UTI, no Município de Siqueira Campos.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz de absoluta urgência, pois a comunidade local e das regiões vizinhas tendem a se deslocar para Santa Antonio da Platina ou até mesmo para Jacarezinho, em busca de atendimento adequado.

#### INDICAÇÃO Nº 059/07

SÚMULA:

Sugere a construção do IML, no Município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas. para

expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção do Instituto Médico Legal - IML, no Município de Maringá.

II - Estamos apresentando a presente indicação, atendendo inúmeras solicitações da comunidade maringense e da região, que há muito reivindica a construção e a instalação do aparelhamento médico legal, para suprir as necessidades básicas para a cidadania local.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) DR. BATISTA

## Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 711

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 129/07, de 14 de março de 2007 que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná para o Sr. Epaminondas Xavier de Barros.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 725

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 136/07, que objetiva suprimir o parágrafo 3º do artigo 9º e dá nova redação ao artigo 13 da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998 (ParanaPrevidência), conforme específica.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 736

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 164/07, de minha autoria, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Solitude II, tendo em vista que a entidade já foi declarada pela Lei nº 15.276/06.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 724

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 05 de abril (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) CHICO NOROESTE

# REQUERIMENTO Nº 726

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM à Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, Dra. Maria Marta Weber Lunardon, após ouvido o douto Plenário, informar se houve alguma manifestação do Conselho de Administração da PARANAPRÉVIDENCIA pela maioria absoluta de seus membros, no sentido de promover alteração de seu estatuto para efeito de permitir que os cargos de Diretores Jurídico e de Administração possam ser ocupados por pessoas que não servidores públicos, vinculados ao Fundo. Em caso positivo, solicitam ainda o encaminhamento de cópia de respectiva Ata com a assinatura dos Conselheiros presentes.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, ANTONIO BELINATI, NEY LEPREVOST, CHICO NOROESTE, RENI PEREIRA, ROSANE FERREIRA e PASTOR EDSON PRACZYK.

# REQUERIMENTO Nº 712

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER informações ao Governo do Estado do Paraná para que responda aos seguintes questionamentos:

- 1) Quais autoridades paranaenses fizeram viagens para a Venezuela nos últimos quatro anos?
- 2) Quem arcou com as despesas destas viagens?
- 3) Além das autoridades estaduais, quem fez parte das comitivas oficiais que foram à Venezuela?
- 4) Qual o valor gasto com diárias e passagens de autoridades paranaenses em viagens para a Venezuela?
- 5) Informar se houve algum tipo de subsídio do Governo da Venezuela, no pagamento de hotéis, aluguel de veículos ou outros, para autoridades paranaenses durante sua estada na Venezuela.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tais informações se fazem necessárias para que sejam esclarecidos alguns pontos relativos ao relacionamento comercial do Paraná com a Venezuela.

# REQUERIMENTO Nº 717

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER informações ao Governo do Estado do Paraná para que responda aos seguintes questionamentos:

- 1) Qual o volume de negócios fechados pelo Governo do Estado nos últimos quatro anos com a Venezuela?
- 2) Nominar as empresas paranaenses que têm negócios comerciais com a Venezuela.

- 3) Nominar as empresas venezuelanas que têm negócios com o Paraná.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tais informações se fazem necessárias para que sejam esclarecidos alguns pontos relativos ao relacionamento comercial do Paraná com a Venezuela.

# REQUERIMENTO Nº 721

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja encaminhada ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, após ouvido o douto e soberano Plenário, a aprovação de moção de apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aos policiais federais em sua reivindicação de recomposição salarial, conforme acordo assinado anteriormente.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária em razão dos relevantes serviços prestados por todos os agentes policiais federais em prol da justiça e da democracia, afinal a inegável competência e o espírito de serviço à sociedade são os norteadores destes valorosos servidores.

# REQUERIMENTO Nº 731

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, que promova estudos a fim de quantificar o volume de esgoto produzido pelas dependências da Assembléia Legislativa do Paraná, qualificando-o e esclarecendo seu destino.

Também requer que sejam encaminhadas informações sobre os procedimentos técnicos adequados e respectivos orçamentos, a fim de sanar eventuais distorções porventura encontradas quanto ao esgotamento sanitário de toda esta Assembléia.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

# REQUERIMENTO Nº 732

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, encaminhamento para as Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos e da Cidadania, relatório sobre as precárias condições da Cadeia Pública de Guaíra e também relativo à Segurança Pública naquele Município, enviado a esse Deputado, conforme Ofício nº 14/07, do Conselho da Comunidade de Execução Penal - Comarca de Guaíra - PR, assinado pelo Presidente do Conselho da Comunidade, Promotoria de Justiça, Juíza de Direito da Comarca, Presidente da



Câmara Municipal, Prefeito Municipal e Presidente da Subseção OAB/Guaíra.

Trata-se de um assunto da maior gravidade, que está preocupando por demais as autoridades e a comunidade daquele município, que vêm pedir à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o apoio para uma solução que o grave caso requer.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 736-A

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, em uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Sa. a reserva do Grande Expediente da Assembléia Legislativa, para o dia 23 de abril próximo (segunda-feira), a partir das 14h30, para que o Diretor-Presidente do SENGE-PR, Sr. Ulisses Kaniak (Sindicato dos Engenheiros do Paraná), venha expor sobre a Lei 4.950-A, com o objetivo de apresentar suas demandas a esta Casa de Leis. A intenção é de realizar o debate durante a Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 22 de abril, a Lei 4950-A completará 41 anos. Tal legislação fixa o piso salarial dos diplomados em Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Química e Veterinária, como forma de valorização profissional destas categorias de trabalhadores. Posteriormente, a Resolução 397 do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, estende o salário mínimo profissional aos profissionais de Geologia, Geografia e Meteorologia.

Durante muitos anos de economia em recessão no país, estes trabalhadores tiveram, na média, uma grande desvalorização em seus vencimentos. Nos últimos anos, com a reposição substancial de poder aquisitivo do salário mínimo, referência para o cálculo do piso profissional segundo aquela lei, os profissionais passaram a enfrentar outro problema: muitas empresas deixaram de cumprir a lei.

Em função da demanda crescente de ações judiciais movidas pelos sindicatos representantes destes trabalhadores, as federações que os englobam lançaram em conjunto com os conselhos de classe uma campanha de divulgação da lei e valorização dos profissionais. No Paraná, estão envolvidos o SENGE - Sindicato dos Engenheiros, SINDARQ - Sindicato dos Arquitetos, CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, SINDIVET - Sindicato dos Médicos Veterinários e CRMV - Conselho Regional de Medicina Veterinária.

#### REQUERIMENTO Nº 706

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Aparecida Almeida Serpa, ocorrido no dia 23 de março em Mangueirinha.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 74 anos de idade faleceu a Sra. Maria Aparecida Almeida Serpa. Era viúva do Sr. Diorgenes Linhares Serpa, deixou 4 filhos e 8 netos.

Dona Maria era mãe do nosso companheiro e amigo Zé Honório.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que a adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória. Pedimos aos Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Maria Aparecida Linhares Serpa, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Serpa, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 730

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Raphael Semcheemchem, ocorrido no dia 02 de abril de 2007, na Cidade de Curitiba/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu filho Dr. Raphael Semcheemchem Filho, enviando correspondência à Rua Kalill Antonio Farrem, 62 - Vista Alegre - CEP 80820-000 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Desde o nosso nascimento, uma certeza todos temos: um dia estaremos frente a frente com nosso Criador, para prestação de contas. Por ter concluído seu ciclo nesta terra, Deus chamou para junto de seu convívio o nosso amigo Raphael. Nasceu no interior de nosso Estado, no Distrito de Linha Esperança, Município de Prudentópolis. Sempre dedicado, concluiu o curso de Engenharia Civil, fixando residência nesta Capital. Líder da Comunidade Ucraniana do Paraná, participou ativamente do folclore ucraniano, coral e diretorias da Sociedade Ucraniana, tido sempre como exemplo de dedicação

às causas que abraçava. Que Deus conforte seus familiares, sabendo que aqui na terra seu legado jamais será esquecido, e possa sua alma ser recebida junto a Deus Pai, nosso Criador.

#### REQUERIMENTO Nº 728-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Município de Carambeí, alusivos à comemoração de doze anos de emancipação política e 96 anos de imigração.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Osmar Rickli - Prefeito Municipal, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Águas Marinhas, 450 - e para a Vereadora Patrícia Kremer - Presidente da Câmara Municipal, à Rua da Prata, 99 - CEP 84145-000 - Carambeí/PR.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

#### JUSTIFICATIVA:

##### CARAMBEÍ DE VILAREJO A CIDADE

Todas as histórias que ouvimos sobre Carambeí, iniciam em 1911. Mas ela já existia antes de 1713, quando era uma fazenda que começava no Rio Iapó e se estendia até ao Rio Pitangui, com uma casa sede, entre Ponta Grossa e Castro. Por uma má administração de seu proprietário, José Goes, a fazenda acabou indo a leilão, e dessa época a meados de 1854, ela foi arrendada por diversas vezes, até que foi permutada por outra fazenda, pelos descendentes de Francisca Teixeira de Azevedo, a Sinhara do Carambeí.

Foi a Brazil Railway Company que adquiriu a fazenda. Essa companhia fez planos de colonização para a área, pretendendo conseguir carga para os seus comboios, afinal, acabara de construir uma linha férrea, que cortava a fazenda.

Basicamente, era entregue ao colono um lote de terra, uma casa, uma canga de bois e três vacas leiteiras, as quais poderiam ser em número maior, de acordo com a capacidade na sustentação do gado. A companhia também fornecia semente e adubos para a primeira semeadura. A própria, comprava toda a produção.

Corria o ano de 1905 e alistadores do Governo brasileiro percorriam diversos países da Europa à procura de imigrantes que para aqui quisessem vir. Era fácil imigrar para o Brasil, pois o Governo brasileiro pagava toda as despesas. Mas a grande maioria não sabia o que iria enfrentar, mas mesmo assim, encarava o desconhecido, esperançoso de encontrar melhores condições.

Com os holandeses, a história não foi diferente. Muitos vieram e muitos voltaram. Os primeiros a chegar, foram enviados para uma povoação perto de Irati. Fatos tristes e desagradáveis ocorreram, fazendo com que a grande maioria retornasse para o seu país.

Os que sobraram, procuraram outro lugar para se instalar, a exemplo de Leonardo Verschoor e seu irmão,

que ficaram sabendo que a Brazil Railway Company, estava abrindo um loteamento de chácaras entre Castro e Ponta Grossa, no local chamada Carambeí, nome que vem do Guarani, que quer dizer, tartaruga no rio.

Resolveram apostar no novo local, e convenceram Jan Vriesman, agricultor mais experiente, a mudar-se também. Assinaram o contrato em 04 de abril de 1911, data que marca o início do vilarejo Carambehy. Em seguida, Jan Verschoor vai para a Holanda, a fim de trazer novos imigrantes. E deu certo. Conquistou Arie Leendert de Geus e Jacob Voorsluijs. Outros se juntaram a eles, e aportaram no Rio de Janeiro, para finalmente, em 11 de dezembro de 1911, chegarem a Carambeí.

Já a partir da firma De Geus & Cia, fabricava seu próprio queijo. Coube a esses pioneiros uma das primeiras iniciativas de criar uma cooperativa de produção no Brasil em 1925, com sete sócios, produzindo manteiga e queijo, que muitas vezes eram transportados a pé, para serem comercializados em Castro. Isso foi possível graças à união das quatro fabriquetas existentes na época, formando a Sociedade Cooperativa Hollandesa de Laticínios.

Árduos anos se seguiram, com crises, dificuldades e falta de estradas para escoamento da produção. Em cooperativa conseguiu o reconhecimento e registro oficial do Governo, sendo a razão social alterada para Cooperativa Mista Batavo Ltda., cujo primeiro ato importante foi a decisão de construir uma nova fábrica de laticínios. Meta realizada em 1º de março de 1954, quando surgiu a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda.

Com a chegada de novos imigrantes, e seu trabalho determinado, a cooperativa foi expandindo. Prova disso, são as casas dos colonos, que foram substituídas por maiores, de material. Conseqüentemente, a necessidade de mão-de-obra aumentou. É quando muitas famílias de regiões vizinhas vieram a Carambeí. Inicialmente moravam nas casas antigas dos colonos, que eram simples, de madeira.

Foi nos anos 50 que um colono deixou de registrar um terreno, com a intenção de vender em lotes, para construção de casas. Surgiu a preocupação, entre os colonos, de que surgisse, ali, uma favela. Realmente, no começo as casas que foram surgindo pareciam seguir este destino. Mas logo os funcionários foram construindo casas melhores, tornando-se motivo de orgulho para os brasileiros que moravam na Vila Nova Holanda, assim chamada. Nesta vila foi construída uma igreja paroquial. Também a comunidade protestante da IER construiu para seus adeptos brasileiros uma igreja. Foi construída uma escola, pela Prefeitura de Castro. Muitos lojistas se estabeleceram neste local, devido a falta de comércio em Carambeí.

Ao contrário da Vila Nova Holanda, a Vila Boqueirão, naquela época, era habitada em grande parte pelos trabalhadores sem emprego fixo nas cooperativas ou outras firmas. As primeiras casas eram muito simples, do tipo rancho. Por volta dos anos 70, iniciou-se a venda de lotes, que foram muito pouco procurados devido a falta de energia elétrica e água encanada, que, com o tempo, foram sanados. Por volta dos anos 50, também surgiu a Vila Vri-

esman. Nome que recebeu devido ao antigo dono da propriedade. Ali residiam brasileiros dos quais, alguns trabalhavam nas chácaras, enquanto outros se ocupavam com a criação de porcos e faziam suas roças para plantar milho. Numa iniciativa da Associação dos Funcionários da Batavo, foi comprado um terreno do Sr. Daniel Vriesman, situado na estrada secundária para o Areião. Estruturado para a construção de casas, os lotes foram vendidos aos funcionários da Cooperativa, surgindo a Vila AFCB.

Ao lado da rodovia principal para Castro, surgiu o Jardim Brasília, que ironicamente recebeu o apelido de Vila Querosene, por falta de energia elétrica. O proprietário deste terreno, observando lucro, levou a leilão os lotes, sem licença oficial. A Prefeitura tratou de oficializar os lotes e instalar a energia elétrica mais tarde.

Em abril de 1994, as Cooperativas Central de Lati-cínios e Batavo, em conjunto adquiriram um terreno próximo a Vila Nova Holanda. Dividiram-no em lotes e repassaram a seus funcionários, parceladamente, a fim de solucionar o problema da moradia própria de seus funcionários. A vila passou a se chamar Jardim Novo Horizonte.

#### REQUERIMENTO Nº 715

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER voto de louvor e congratulações à Presidente da ABRACCEF, Margareth Pizzatto.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Presidente da ABRACCEF, Margareth Pizzatto, principalmente por ser a única mulher paranaense a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Eventos, e denominá-la de Cadeira Governador José Richa.

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 219/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a entidade filantrópica denominada Associação Educacional de Desenvolvimento Humano Social - ADES, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78 com as alterações dadas pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99, que dispõem sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Civis, Associações e Fundações

constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando o presente projeto de lei para declarar de Utilidade Pública a Associação Educacional de Desenvolvimento Humano Social - ADES, com sede e foro no Município de Curitiba.

Sem fins lucrativos, fundada em 05 de agosto de 2004, a entidade tem por objetivo e finalidade, de acordo com seu estatuto, promover, de forma integral, a prática de ações dos mais diversos segmentos populares, visando o desenvolvimento humano da sociedade paranaense, através de um conjunto de instrumentos sociais, esportivos, culturais, econômicos, pedagógicos e políticos que possam instrumentalizar eficazmente todas as propostas populares, a fim de atingir suas metas.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 220/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

SÚMULA:

Altera a redação do artigo 61 e seu parágrafo 1º, da Lei nº 12398, de 30 de dezembro de 1998, que cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica alterado o artigo 61 e seu parágrafo 1º, da Lei nº 12398, de 30 de dezembro de 1998, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 1º A cota da pensão será extinta pelo adimplemento de idade, pela cessação da invalidez ou incapacidade ou pela conclusão do curso superior pelo dependente universitário com idade de até 25 anos.

§ 1º Não perderá o direito ao benefício o pensionista que constituir ou reconstituir união estável com terceiro.” (NR)

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Esta alteração na lei visa assegurar ao pensionista um direito adquirido, haja vista, que atualmente a lei remete-os à clandestinidade.

Especificamente, se se propuser a constituir uma nova união estável com terceiro, legalmente constituída, é enquadrado na lei e será “punido” por ela, conseqüentemente seu benefício será extinto. Por conseguinte, tentando driblar a lei para não perder o benefício, o pensionista busca o anonimato para a nova união, tentando escondê-la de tudo e de todos como se o fato fosse um ato criminoso, o que aos olhos da lei não é. No entanto, agentes estranhos ao fato procuram atacar o pen-

sionista denunciando o anonimato à ParanaPrevidência, através da qual, extingue a pensão.

Cabe, no entanto, analisarmos a referida lei sob o aspecto psico-social e seu alcance na sociedade, pois na forma que vige encerra por combaliar e menosprezar o simples ato de se querer e buscar um novo convívio, pois é inerente do ser humano, expurgar a solidão que o norteia.

Outrossim, a Instrução Normativa nº 118/06, do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, aponta para este caminho, abrindo jurisprudência para a não descontinuação do benefício.

PROJETO DE LEI Nº 221/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Estabelece que as viagens de servidores públicos comissionados e/ou concursados, ao exterior, quando pagas pelo erário público, deverão ter as seguintes publicações no Diário Oficial do Estado:

- I - nome do servidor que viajou;
- II - motivação da viagem;
- III - destino da viagem;
- IV - data de partida e retorno;
- V - valor gasto pelo erário público com a viagem.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Avocando o princípio da publicidade dos atos administrativos, o presente projeto de lei objetiva o pleno conhecimento, por parte da população, de todas as viagens ao exterior de servidores públicos, para que se saiba exatamente a motivação e os custos dessas viagens.

PROJETO DE LEI Nº 222/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná, a efetuar doação dos veículos da frota do Estado, dispensados pela administração, às entidades antigomobilistas, desde que possuam mais de vinte anos de fabricação ou sejam estrangeiros de qualquer ano de fabricação.

Art. 2º A quantidade de veículos e os requisitos para o recebimento dos mesmos serão fixados através de portaria expedida pela Secretaria de Estado da Administração.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Ocorre que em todo o Brasil, existem entidades dedicadas a preservação da memória e do patrimônio cultural pelo antigomobilismo. Sabemos que os pátios dos DETRANs e DETOs estão para transformar em sucatas veículos que se enquadram nas categorias de raros ou antigos. Alguns veículos têm valor histórico, de acordo com os fatos decorrentes da sua utilização.

A preservação da memória e do patrimônio cultural, antigomobilista, através da montagem de museus destinados a abrigar e expor o patrimônio e a história, são contribuições inegáveis à memória nacional.

PROJETO DE LEI Nº 223/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Estabelece que a publicidade oficial do Governo do Paraná e empresas de economia mista, destinada a jornais impressos, só poderá ser autorizada para veículos de comunicação que tenham mais de dois anos de circulação comprovada.

Parágrafo Único. Esta artigo só se aplica aos veículos que tiverem o início de sua circulação a partir de 1º de janeiro de 2007.

Art. 2º Os balanços oficiais do Governo do Paraná, das autarquias e empresas de economia mista só poderão ser publicadas em jornais que tenham mais de dois anos de circulação diária, ampla e ininterrupta comprovada.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

É comum no Estado do Paraná o surgimento, normalmente em anos que antecedem as eleições, de “jornais caça níqueis” destinados única e exclusivamente a propaganda de candidatos ligados ao Governo e a detração pública dos adversários dos mesmos.

Passadas as eleições, estes jornais deixam de existir. Esta prática é condenada pela imprensa séria que tradicionalmente abre espaço para todas as correntes políticas e ideológicas.

O projeto em tela em nada fere os princípios constitucionais da transparência e da publicização dos atos governamentais. Pelo contrário, assegura o cumprimento dos mesmos de forma ética e honesta, sem privilégios.

Por outro lado, a liberdade de expressão é assegurada, mesmo aos “jornais caça níqueis”, já que eles poderão continuar a existir, mas sem contar com subvenção do Governo ou em análise mais clara, do contribuinte paraense.

PROJETO DE LEI Nº 224/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade dos Alves da Lapa - AGRO-ALVES, com sede e foro no Município da Lapa/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) ELTON WELTER

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade dos Alves da Lapa - AGRO-ALVES, situada na Estrada dos Alves, Km 17, Lapa/PR, fundada em 28 de outubro de 2001, sem fins lucrativos, tem por objetivo primeiro a difusão do civismo, da cultura, do esporte em todas as suas modalidades e o desenvolvimento da comunidade.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 1683, de 28 de fevereiro de 2003.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 225/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica denominada de Rodovia Pedro Cruz Sobrinho, o trecho da PR-151, que liga os Municípios de São Mateus do Sul e Três Barras do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de homenagear Pedro Cruz Sobrinho, um grande cidadão que muito fez pelo Município de São Mateus do Sul e toda a região, denominando com o seu nome o trecho da PR-151, que liga os Municípios de São Mateus do Sul e Três Barras do Paraná.

Pedro Cruz Sobrinho casou com Azélia Dalcomuni, aos 23 anos. A felicidade do casal foi contemplada com a chegada de seus queridos filhos: Suely, Jaime, Jarbas, Sonia, Juarez e Sandra.

Pedro Cruz Sobrinho sempre atuou em todos os acontecimentos da região, defendendo as mais legítimas reivindicações da comunidade local. Iniciou sua vida profissional como tropeiro, conduzindo cavalos até Curitiba. Em 1966, deixou o lombo do cavalo, em favor de seu novo "companheiro", um caminhão Mercedes Benz 1516.

Ingressou na política em 1969, sendo reeleito Vereador por quatro legislaturas consecutivas (1969/72, 1973/76, 1977/82 e 1983/88), demonstrando assim, como era querido pelo povo são-mateuense.

Um grande trabalhador, que no legislativo de São Mateus do Sul, soube honrar os votos que recebeu do povo, ocupando cargos na Mesa Diretora, como 1º Secretário e 2º Secretário.

Pedro Cruz Sobrinho veio a falecer em 25 de setembro de 1997, fato que enlutou toda a comunidade local.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 226/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Município de Piraí do Sul, uma CIRETRAN - Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposta tem por objetivo criar uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Piraí do Sul.

Esse município não possui um atendimento desta natureza, tendo que recorrer a municípios mais distantes, o que traz muitas dificuldades. A criação desta CIRETRAN proporcionará o atendimento a inúmeros pedidos da população de Piraí do Sul, que busca maior conforto para dirimir assuntos concernentes a trânsito.

É uma aspiração antiga, pois, para a população solucionar problemas de regularização documental de seus veículos, são obrigados a realizar gastos elevados para contar com serviço público do DETRAN.

Pela importância apresentada, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Finda a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró.

## ***Deputado Plauto Miró (Democrata)***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho acompanhado, como uma boa parcela dos paranaenses, a TV Educativa, que é um instrumento para poder divulgar a cultura e também programas institucionais. Mas aqui no Estado do Paraná, a TV Educativa que tem essa função que aqui citei, acabou se tornando um instrumento de divulgação pessoal do atual Governador do Estado do Paraná. Se nós olharmos as terças-feiras, o Governador usa esse instrumento para poder marcar posições políticas. E ultimamente temos acompanhado críticas que o Governador faz através desse órgão de divulgação, para tentar encobrir denúncias que são feitas ao Governo dele. Ao Governo do Roberto Requião de Mello e Silva. Quando a denúncia aparece lá na TV Educativa, no canal oficial do Governo do Estado do Paraná, ele faz uma contra-denúncia.

Vou citar aqui algumas, para que vocês possam lembrar do que aconteceu nos últimos dias.

Quando denunciaram a Secretaria de Educação de estar adquirindo mais de 19.000 televisores superfaturados, que foi discussão desta Casa, de uma possível implantação de uma CPI para poder investigar essas irregularidades, o Governador Roberto Requião, imediatamente, virou o canhão da TV Educativa e apresentou uma denúncia contra o Prefeito de Curitiba, Beto Richa. Uma polêmica foi trazida à tona, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Dias e dias ouvimos essa discussão nos meios de comunicação no Estado do Paraná.

Dias depois, vimos o caso da denúncia do pagamento “irregular” que foi feito à empreiteira PAVIBRAS, pela SANEPAR. Diz, os meios de comunicação trazem e as denúncias chegam, que foi o pagamento de mais de quarenta milhões de reais, que foi feito pela SANEPAR, para a empresa empreiteira PAVIBRAS.

Imediatamente, o Governador Requião, lá na TV oficial do Governo, acaba virando as suas metralhadoras para tentar encobrir as denúncias apresentadas em cima do empresário Joel Malucelli, que através dos meios de comunicação, rádio CBN e a Band News fizeram uma reportagem mostrando irregularidades dentro do Governo do Estado do Paraná. Imediatamente, a reação do Governador, para fazer uma cortina de fumaça, foi agredir o proprietário do meio de comunicação que trouxe uma matéria que mostrava e apresentava essas irregularidades.

Também, denúncias das filas que se formaram novamente no Porto de Paranaguá. Imediatamente, o Governador, através da TV Educativa, ataca o Senador Osmar Dias, como forma de fazer uma cortina de fumaça, como se o Osmar fosse culpado da má administração do Porto de Paranaguá, que está impedindo e espantando os exportadores desse porto, para portos de outros Estados.

Nós vimos, nesta semana, lá na “Escolinha” do Governo do Estado, a denúncia do Governador Roberto Requião contra o Deputado Eduardo Sciarra, porque o Eduardo Sciarra, lá na Comissão Geral fez a denúncia do uso abusivo da TV Educativa do Estado do Paraná. A TV Educativa é - repito - para promover a cultura, divulgar ações e divulgações institucionais. Mas, aqui, no Paraná ela não serve para isso. Aqui no Estado do Paraná ela não vem servindo a este objetivo. Ela vem servindo ao objetivo da divulgação oficial das ações do Governador Roberto Requião e dos seus Secretários, que não são poucos. Parece-me que dos Estados brasileiros é o que mais tem Secretários de Estado.

Então, Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para mostrar as atitudes do Governador e sua equipe e dizer que aqui, neste momento, estou apresentando e apontando aquilo que está acontecendo. Mas, agora, quero cobrar do Governador Roberto Requião as ações que ele prometeu no palanque no ano passado, como candidato a reeleição ao Governo do Estado do Paraná. Quero perguntar a ele quanto aos módulos móveis propostos por ele em sua campanha. E quero saber quantos já entraram em funcionamento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque ele criticava a proposta do Senador Osmar Dias, quando dizia que queria colocar módulos fixos nos bairros das grandes e também das pequenas cidades, para que a Polícia Militar, dali de um ponto fixo, realizasse seu trabalho de segurança pública.

Quero perguntar ao Governador quantos hospitais regionais estão em funcionamento. Quero perguntar, também, quantas UTIs na Cidade de Ponta Grossa estão em funcionamento, sendo que ele anunciou que estariam prontamente à disposição da população. E, infelizmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não vem funcionando. Continuam pessoas da região dos Campos Gerais morrendo a espera de uma UTI, nas filas.

Quero saber também, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados; dos caminhos alternativos. Aquela folia do “baixa ou acaba”, que é uma balela que para mim não está nada claro. Pedágio baixa ou acaba. Não baixou e não acabou. A polêmica veio na campanha eleitoral da reeleição do Requião e ele já achou uma outra conversa fiada: a conversa dos caminhos alternativos. Onde estão?

Queiramos ou não, já passou novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março e já estamos no sexto mês do Governador Roberto Requião pós-eleição, seis meses! Pelo menos atitudes concretas já poderiam ter sido tomadas, para que ele começasse a cumprir os compromissos e promessas de campanha.

Então, está aí, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Queremos saber dos compromissos de campanha. E como cidadão ponta-grossense e paranaense estou aqui cobrando as ações na área da Saúde, voltados para o Estado e em especial para a nossa Cidade de Ponta Grossa e região dos Campos Gerais. Porque de papo nós já estamos cheio.

Espero que o Governador não vire a metralhadora, na próxima terça-feira, contra o Plauto, porque está aqui na tribuna, cobrando as promessas de campanha e lembrando aquilo que ele faz, cada vez que surge uma denúncia contra seu Governo. Primeiro, trabalhou para que as CPIs fossem todas desmontadas na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através do seu bloco de sustentação, nesta Casa. E também quando a denúncia aparece, ele contra-ataca em cima daquele que apresentou e cobra posições do Governo do Estado.

Vamos lá! Interessante, dias atrás eu vi o ex-Governador do Estado carimbar um apelido para o atual Governador do Estado do Paraná que eu achei muito interessante, porque realmente tem muito a ver: nosso Governador “Pino Chávez”. Uma mistura de Pinochet com Hugo Chávez. Um tanto quanto interessante!

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Luiz Eduardo Cheida.

### ***Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)***

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos me fazem, hoje, vir à tribuna desta colenda Casa de Leis: o primeiro é irmanar-se ao Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde do Paraná nas comemorações dos seus cinquenta anos, transcorridos ontem; o segundo é um pedido de averiguação à SANE-PAR quanto ao esgotamento sanitário desta Assembleia Legislativa.

O primeiro deles: o Tenente-Coronel Sérgio Filardo, Comandante do Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde do Paraná, no seu boletim especial referente ao quinquagésimo aniversário do Batalhão, no dia de ontem, disse, entre outras coisas, o seguinte:

(Lê:)

“Das vinte maiores temperaturas anuais na superfície da Terra em mais de um século de registro, dezenove delas ocorreram a partir da década de 80. O aquecimento global já mostra seus sinistros sinais no recuo das geleiras, nos fortes e frequentes furacões ou ainda nos casos de canibalismo entre ursos polares famintos. Caso mantenha-se a mudança acelerada do clima, poderemos nos deparar com epidemias, incêndios florestais, ameaça aos corais e outros organismos marinhos, secas e enchentes. Escapar destas catástrofes representa, talvez, o maior desafio técnico e científico já enfrentado pela humanidade.

A eliminação do carbono da atmosfera terrestre é um desafio mundial para a manutenção da vida na Terra, isto sem prejudicar o desenvolvimento econômico mundial, daí a necessidade de mudanças tecnológicas e polí-

tico-energéticas urgentes, das matrizes energéticas principais atuais como petróleo e carvão. De toda liberação de carbono na atmosfera, a América Latina representa apenas 4%; inversamente proporcional a este fenômeno, a América do Norte representa 28%, sendo o maior responsável do problema atual. Todo esse carbono produzido é à custa dos recursos naturais e por consequência, provocando extinção de espécies de nossa fauna e biodiversidade.

Cinquenta anos atrás, estas ameaças ainda pareciam distantes e não faziam parte de nossas preocupações diárias. Surgia, oponente, o Corpo de Polícia Florestal. Sua história inicia-se com a Lei nº 2059 de 23 de novembro de 1955, que institui a Polícia Florestal, deixando-a subordinada a Secretaria da Agricultura. Em 04 de abril de 1957, através da Lei nº 3076, o Poder Público criou o Corpo de Polícia Florestal, subordinado a Polícia Militar do Paraná, o qual foi regulamentado através do Decreto nº 5651 de 19 de julho de 1967. Com isso, a Polícia Militar do Paraná antecipava-se ao futuro. Procurava criar mecanismos para reduzir o impacto da modernização dos processos produtivos e das ações predatórias contra o meio ambiente.

Agora, cinquenta anos após, já transformado em Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde, através da Lei nº 14960 de 21 de dezembro de 2005, demonstra que o esforço do Comando Geral da PMPR e do Governo do Estado é exemplo de eficiência e integração na defesa do meio ambiente. Hoje, o Batalhão possui quatro Companhias: Paranaguá, Londrina, Guarapuava e Foz do Iguaçu; conta com mais de seiscentos policiais especializados, viaturas 4X4, barcos e equipamentos modernos, inclusive aeronaves e aparelhos de GPS. Possui um canal aberto com a comunidade através do Disque-Denúncia Força Verde, buscando envolver toda a população paranaense neste contexto de caos ambiental mundial.

No Paraná, estamos na vanguarda, temos a melhor política de meio ambiente já criada neste Estado, graças ao Programa Força Verde, criado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Roberto Requião, numa sinergia entre Polícia Militar, através do Batalhão com a Secretaria do Meio Ambiente e o Instituto Ambiental do Paraná, bem como com as entidades e organizações públicas e privadas, mesmo tendo o segundo menor litoral do Brasil, orgulha-nos possuir a melhor preservação no tocante à Mata Atlântica.

Durante estes cinquenta anos, alguns policiais militares ambientais deram suas vidas para a preservação da natureza paranaense, tombando em solo pátrio no cumprimento do dever. Com seus exemplos e abnegação, combateram com o bem maior que possuíam - cedendo a vida - em prol da população paranaense, escrevendo com tinta de sangue seus nomes e exemplos heróicos nas páginas da história da corporação e de nosso querido Paraná.

Gostaria de solicitar a todos os presentes que, em pé, façamos um minuto de silêncio em respeito a estes gloriosos policiais.

Que Deus os abençoe e conforte, onde quer que estejam, e protejam suas famílias.

Parte triste da nossa história, mas guardada com muita honra e respeito, principalmente pelos valorosos policiais que cumpriram com o seu dever nestes cinquenta anos e nos dias atuais estão merecidamente aposentados, alguns destes aqui presentes no dia de hoje. A nossa reverência e muito obrigado. Os senhores são o nosso esteio e conforto de continuarmos nesta missão.

O Estado do Paraná possui o maior projeto de plantio de mudas de árvores nativas que o Brasil já viu: São 59 milhões em poucos anos. O aumento da fiscalização e o aperfeiçoamento da legislação ambiental fez com que a mata ciliar e a reserva legal fossem, pouco a pouco, sendo recompostas e tornando-se parte importante da propriedade rural, um bem comum a todos que habitam o planeta.

A cada dia que passa, vemos a importância da conscientização das pessoas, a separação de resíduos e sua destinação se mostram de fundamental importância. Somos hoje, pouco mais de seis bilhões de pessoas vivendo no planeta. A média é de um quilo de resíduos por dia; isto quer dizer que por dia produzimos seis bilhões de quilos de resíduos, entre recicláveis e orgânicos.

A política ambiental do Governo paranaense dá preferência à recuperação do ambiente degradado, como por exemplo, a recomposição das matas ciliares e ao manejo ecológico das propriedades.

É preciso repensar e buscar energias renováveis sem agredir mais o meio ambiente, tendo como objetivo a redução da liberação de carbono. O mundo sem o nível de industrialização que existe hoje é uma imagem difícil e distante. Contudo, neste ritmo alucinante de desenvolvimento, também tem o lado negativo.

Durante gerações, a natureza foi explorada sem que houvesse preocupação com seu equilíbrio, mas a humanidade nunca deixou de querer um meio ambiente limpo, equilibrado e saudável. O que mudou é que hoje as pessoas se sentem parte desse processo e começam a assumir o seu papel nas mudanças que devem ser feitas.

Atividades como palestras e exposição de materiais apreendidos pelo BP Amb FV, mostram à população um pouco do trabalho executado pela Polícia Ambiental em prol do meio ambiente, bem como difundem a legislação ambiental vigente.

Apesar de sabermos que não pode prescindir de medidas preventivas e repressivas, porque segundo os estudiosos a conscientização é tarefa para quinze a trinta anos, não se deve correr o risco de permitir que o decurso do tempo acabe por tornar irreversível algo que vier a ser destruído.

Incrementamos e incentivamos a realização de blitz educativa, visando conscientizar as pessoas que normalmente desconhecem o ilícito de alguns de seus atos frente ao meio ambiente, como a derrubada de uma árvore e o abate de um animal, ou o simples fato de jogar um papel na rua.

Acompanhando a evolução da sociedade e a necessidade da Polícia Militar em se tornar cada vez mais comunitária, foi implantada a Doutrina de Polícia Comunitária com ações diretas do Governo do Estado, como a passagem de todo o efetivo do Batalhão nos anos de 2005 e 2006, pelo Curso de Capacitação Força Verde em conjunto com os integrantes do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

E ainda ações que estão sendo desenvolvidas neste ano de 2007 pelo Comando do Batalhão, logo após o término do Curso Força Verde, o qual consiste em instruir todo o efetivo, pois além de sermos uma unidade especializada, com uma nobre missão ambiental, nossa formação policial nos remete à proteção da sociedade, ou seja, temos o poder-dever de realizar uma orientação ou fiscalização ambiental e ainda ajudar as unidades de área em todo Estado do Paraná no policiamento ostensivo, valorizando não só as políticas do Governo e da Polícia Militar, mas também reconhecendo que aqueles cidadãos do campo, muitas vezes de formação humilde, merecem atenção e tratamentos dignos, pois acreditamos que carecem de informações suficientes.

Com isso, devemos ser aliados da natureza nas tão necessárias e simples mudanças em favor do meio ambiente, apoiando, no futuro, ações determinantes para a preservação da vida do planeta. Esta batalha é um desafio de todos, e todas as vitórias que conquistamos será em benefício de nossas futuras gerações."

Esta foi a Ordem do Dia do Comando da Polícia Florestal no Paraná, emanadas na inspiração do seu Comandante Tenente-Coronel Sérgio Filardo, ao qual rendemos as nossas homenagens, em nome de toda Força Verde do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, nobres Pares, o segundo assunto que me chama a esta tribuna é um questionamento que quero fazer, hoje, na forma de requerimento, e peço aos Srs. Deputados que nos acompanhem. Trata-se de um requerimento, endereçado à SANEPAR, solicitando estudos no sentido de que ela nos esclareça qual é o destino do esgoto sanitário que sai do prédio da Assembleia Legislativa do Paraná. Há fortes suspeitas, Sr. Presidente, de que o esgotamento sanitário da Assembleia Legislativa, composto do material dos banheiros de todos os gabinetes, de todos os nossos funcionários, da cozinha, dos nossos restaurantes e atividades afins, esteja sendo canalizado diretamente para o Rio Belém, sem nenhum tipo de tratamento.

É claro que é fundamental que investigue uma situação como essa e mais importante ainda que se dê um tratamento adequado a essa questão, caso ela exista. Desnecessário lembrar, Deputada Rosane, que nós aqui legislamos sobre leis ambientais. Fazemos leis ambientais. E a Casa deve, por dever de ofício, até para fazer a lição de casa, dar o exemplo. Se for verdade que a Assembleia Legislativa do Paraná faz o esgotamento sanitário de todos os seus dejetos, fezes, urina, sangue menstrual, água de pia, de lavagem, de restaurante, etc., diretamente



no Rio Belém, a nossa Assembléia Legislativa está dando um péssimo exemplo a todos os paranaenses.

Claro que o nosso Presidente Nelson Justus, toda a Mesa Diretora da Assembléia e nobres Pares, têm a consciência do que isso pode trazer e ninguém mais do que nós, todos sabemos da necessidade da urgência da solução desse problema.

Então, encaminharemos na forma de um requerimento, Sr. Presidente, solicitando que a SANEPAR promova os estudos a fim de quantificar o volume de esgoto produzido pelas dependências da Assembléia Legislativa do Paraná, qualificando e esclarecendo o seu destino.

Também estamos requerendo que sejam encaminhadas informações sobre os procedimentos adequados e respectivos orçamentos, a fim de sanar eventuais distorções que porventura sejam encontradas quanto a essa questão levantada.

Era só, Sr. Presidente, nobres Pares.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Terceiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi. V. Exa. usa o Pequeno Expediente e o horário da Liderança do PMDB.

### *Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)*

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Deputadas, Deputados.

Quero falar alguma coisa inicialmente a respeito do reajuste do salário-mínimo regional aqui do Paraná.

Em seguida, Sr. Presidente, mesmo que alguns não tenham compreensão, vou tocar em um assunto que historicamente me vejo obrigado, até com a minha consciência, para falar a respeito de alguma coisa que as pessoas, muitas vezes, não têm compreensão para aquilo que aconteceu.

Estou aqui na tribuna, para destacar a proposta do Governador Roberto Requião, que foi enviada a esta Casa em forma de projeto de lei, e que trata do reajuste do salário-mínimo regional do Paraná.

Acredito que não teremos nenhum problema para fazermos a aprovação do novo valor do piso regional que será elevado. Vamos resumir os atuais R\$ 437,00 para R\$ 475,00, num reajuste de 8.5%. Não teremos problemas, creio eu, porque todos nós fomos eleitos em cima de uma proposta de se criar esperanças na representação que temos que fazer do povo.

Esta proposta do salário-mínimo regional, certamente, vai se encontrar com os anseios da população, principalmente essa que mais sofre, que se convencionou chamar de a mais necessitada.

Vale lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o nosso Estado é o terceiro do país a implantar um piso mínimo regional, depois do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Com essa medida o Governador atende, principalmente, aos trabalhadores que não têm amparo de

acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou seja, em sua maioria, empregados domésticos e trabalhadores rurais.

É preciso que se informe que esse novo valor do piso mínimo regional foi definido pelo Governo, em entendimento com todas as centrais sindicais do Paraná. Inclusive, eu e o Deputado Romanelli estivemos no Palácio Iguazu onde se encontravam também outros Deputados e Líderes de Bancadas, conversando com os representantes dessas centrais sindicais sobre a importância e o alcance desse projeto. Naquela ocasião, ficou definida, por sugestão das centrais sindicais, a formação de uma câmara técnica dos trabalhadores, que vai acompanhar a votação do projeto nesta Assembléia Legislativa.

Vale lembrar, Sr. Presidente, que com o novo valor do piso regional, o trabalhador paranaense que tiver o menor salário, estará ganhando 25% a mais que o salário-mínimo nacional.

O Paraná, todo mundo sabe, é um dos Estados mais ricos da Nação detém a quinta economia do País, atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, de acordo com os indicadores do nosso Produto Interno Bruto. Isso nos leva a crer que o Estado tem condições econômicas satisfatórias para suportar um piso salarial mensal para seus trabalhadores, superior ao salário-mínimo do País. O piso mínimo regional é o melhor mecanismo para se diluir a riqueza entre os cidadãos e o Estado, garantindo mais justiça social à população paranaense.

Por isso, tenho a convicção que os demais Deputados desta Casa não negarão o seu apoio na hora de votarem e aprovarem o projeto do Governo do Estado. Já se passou quase um ano que o Governador Roberto Requião implantou o piso regional, em maio do ano passado. Esse novo valor, que já está em análise aqui na Assembléia, está previsto para entrar em vigor no dia 1º de maio - será uma homenagem ao trabalhador no seu dia.

Todos nós sabemos que o trabalhador, com um salário maior, tem condições de garantir mais dignidade para a sua família, além de representar um maior aquecimento à economia, com o aumento do volume de vendas no comércio.

Os Deputados devem recordar quando a Assembléia aprovou a criação do piso regional no ano passado, quando alguns empresários acreditavam que salário maior geraria desemprego. Hoje, passado esse ano, ficou aprovado que estavam errados e os próprios dados do DIEESE confirmam um crescimento significativo de empregos e de renda dos trabalhadores do Paraná.

O tempo mostrou que esses empresários estavam equivocados. Afinal, o piso mínimo regional contribuiu para a expansão do crédito, resultando em incentivos fiscais e sociais, desencadeando uma frente ampla de obras em todo o Estado do Paraná.

Para ilustrar, de acordo com o CAGED - Cadastro Geral de Empregados e de Desempregados, em 2006

foram gerados no Paraná 115.000 empregos, sendo que mais de 70.000 no interior do Estado, o que representa 77% do total. Para se ter uma idéia de como o PMDB trata a questão do trabalhador do Paraná, desde janeiro de 2003, quando o Requião assumiu o Governo, foram gerados mais de 352.000 novos empregos formais no Estado. Esse resultado informado pelo CAGED é quase dez vezes maior que o verificado nos oito anos anteriores a esse período, quando o Paraná teve um saldo de pouco mais de 37.000 empregos gerados.

Recentemente, o Delegado Regional do Trabalho, Geraldo Serathiuk, declarou em toda a imprensa que 2007 será ainda mais otimista para os trabalhadores do Paraná. Ele acredita que o novo piso regional proposto por Requião, com o aval das centrais sindicais e dos Deputados, vai fazer com que o Paraná continue crescendo, gerando mais empregos que no ano passado.

### ***Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB***

Sr. Presidente, dentro dessa avaliação do Delegado Regional do Trabalho, destaco ainda que este ano o Paraná teve o melhor primeiro bimestre dos últimos onze anos, totalizando 22.821 empregos gerados, enquanto no Brasil a média foi de menos 3,8, isso segundo esse CAGED. Sabemos que há alguns setores, em especial da alimentação, que existem casos de empresas que se negam a cumprir o piso mínimo regional. Existem alguns empresários que ainda insistem em pagar aos trabalhadores valores abaixo do proposto pelo Governo, mas essa é uma distorção que será corrigida com o tempo e a conscientização dos empregadores. Além do mais, o piso mínimo regional está servindo como base na hora da negociação para todas as categorias com representação sindical. Um Governo de Esquerda, no meu entendimento, se faz assim: com respeito ao trabalhador. E é esse exemplo que o Requião e o PMDB estão dando ao Paraná e ao Brasil.

Obrigado!

Sr. Presidente, não sei quanto tempo me resta da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais seis minutos.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Pois bem, Sr. Presidente!

Queria chamar a atenção dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas para um episódio que aconteceu recentemente, quando o rabino Henry Sobel foi preso ao furtar algumas gravatas lá nos Estados Unidos. Bom, de início quero perguntar a todos o seguinte: o rabino tem uma longa vida de serviços prestados, poderia dizer, à humanidade. E olha bem, Deputado Romanelli, gostaria que V. Exa., como Líder do Governo nesta Casa, desse toda a atenção para aquilo que vou dizer. Sou alguém que na

minha vida sempre tive uma posição muito clara em relação à luta que é travada entre os judeus e os palestinos. Ainda como Deputado Federal Constituinte, nós organizamos a Bancada que defendia a Organização de Libertação da Palestina. Sou político desde sempre e acompanhei muito essa questão em toda minha vida e inclusive o Presidente Ulysses Guimarães, em uma determinada época, me designou para representar o Congresso Nacional em uma reunião da Organização de Libertação da Palestina, que se realizou na Cidade de Lima, no Peru. E lá fui eu para defender a posição da Organização de Libertação da Palestina nessa luta que eles travam, historicamente, em relação aos judeus.

Pois bem, agora vem essa notícia: prenderam o rabino, o sacerdote do culto judaico, o doutor em leis do judaísmo, porque ele foi apanhado sem razão, fora do seu controle psíquico, furtando algumas gravatas. E imediatamente já escreveram contra os judeus e contra o rabino.

Então, volto a repetir que a minha vida política não deixa dúvida nenhuma em relação à posição política que tenho, em relação à Organização de Libertação da Palestina, que na época era comandada pelo Líder Yasser Arafat.

Agora, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: em 1975 eu era Prefeito de Arapongas, e nós estávamos travando, eu estava, como sempre travei, uma luta contra a ditadura militar que tinha sido imposta aqui neste país. Lembro-me que muitos líderes se acovardavam na luta que deveriam fazer, como democratas que diziam ser, contra a ditadura militar. E aí, sabem o que aconteceu? Todos sabem que os judeus têm cemitérios onde são enterrados aqueles que morrem naturalmente, e eles têm um espaço reservado para os suicidas. E eu chamo a atenção da imprensa porque eu estou falando de um jornalista que foi assassinado pelo regime militar, o Wladimir Herzog.

Então, nós que lutávamos contra a ditadura, nos curvamos à coragem do rabino judeu, sim, do Sobel, porque quando a ditadura militar encaixotou o jornalista assassinado nos porões do DOI-CODI, quando ele deveria ter sido entregue à família, como foi, mas sepultado no espaço reservado aos suicidas, esse rabino, o Sobel, falou o seguinte: “não vou sepultar o Wladimir Herzog no espaço reservado aos suicidas, porque ele não se suicidou, ele foi assassinado pela ditadura militar”. Olha, a partir daquele momento, ouviu Alexandre Curi, o país era outro, nasceu outro País, com o gesto de coragem desse judeu. Eu sou internacionalista e não tenho nada contra nenhuma raça, mas quero registrar aqui - Líder do meu Partido, Lideranças, Deputadas e Deputados, que logo em seguida, Artagnão Júnior, você que é muito religioso - se realizou na Catedral da Sé um grande acontecimento ecumênico para fazer, dentro desse culto, as honrarias à memória daquele amigo nosso, companheiro nosso que trabalhava na TV Cultura de São Paulo, o Wladimir Herzog. E ali, Dom Paulo Evaristo Arns, e o Rabino Henry Sobel, comandaram aquele culto ecumênico, e a ditadura,

pela primeira vez, no meu entendimento, sentiu que era intolerável aquilo que ela estava fazendo, impondo a sua vontade, matando brasileiros que queriam um novo País, liberdade, justiça. E tem gente que até hoje não compreende a grandeza desses atos que foram praticados, querem que eles morram no esquecimento. Mas, pessoas como eu estarão em todos os cantos para dizer, independente da sua religião - eu que não sou nada religioso - aquilo que aconteceu. Olha, um gesto, Sr. Presidente, desse homem que agora querem vê-lo na cadeia.

Olha, Presidente, vou rememorar aqui um acontecimento: entrei no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, mais uma reunião estaria se realizando dali a pouco. Na presidência, como sempre, o nosso companheiro e Líder Ulysses Guimarães. Lá pelas tantas, Anibelli, o nosso amigo, o nosso companheiro Ulysses Guimarães falava frases sem nexos, todas elas desconexas. Alguns Deputados começaram a chorar, dizendo o seguinte: "olha, nós já estamos aqui na Assembléia Nacional Constituinte, lutando contra todos aqueles que querem a manutenção dos privilégios". E Ulysses, naquela hora, teve então um descompasso físico - nós temos médicos aqui que podem até atestar estas questões - Ulysses Guimarães foi retirado. Alguns dias após, acabaram de resolver o problema: ele tinha falta de um produto químico que nós mesmos fabricamos no nosso cérebro.

Então, da mesma maneira, esse descompasso vivido por Ulysses Guimarães na minha frente, eu tenho sim, independente daqueles que não querem prestar atenção naquilo que nós falamos. Eu não vou conspirar a minha história. Vou sim, Presidente, fazer honrarias aqui a um membro de uma colônia, colônia judaica, que politicamente não tem nenhuma simpatia por este homem que está falando aqui, que é um homem de Esquerda, mas eu tenho a obrigação de falar na defesa desse homem! Volto a repetir, Elio Rusch, na hora em que muitos fraquejavam diante da violência do poder discricionário, apareceu ele com aquele cabelo todo em desalinho, com o solidéu, para dizer que o Herzog não tinha se suicidado e que portanto ele não seria enterrado no espaço reservado aos suicidas. O Brasil, Sr. Presidente, a partir daquele momento, era outro Brasil!

Se alguém não quer que falemos nessas coisas, problema daqueles que não querem! É obrigação minha, como alguém que vivenciou, que sofreu estes episódios, falar! Muitas vezes aqueles que pouco têm a falar, são aqueles que não querem que falemos nada.

Concedo o aparte a V. Exa., Deputado Anibelli.

#### **O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

Peço ao Presidente da Casa que desconte no Horário da Liderança do Governo porque eu não poderia deixar de pedir o aparte a V. Exa., Deputado Waldyr Pugliesi. V. Exa. que é o nosso Líder e que tem uma história de vida no MDB, no PMDB, que fez parte da Constituinte com Ulysses Guimarães, eu que tive o privilégio de ser Deputado, colega de Ulysses, de Tancredo, que

ajudamos, modestamente, a mudar parte da história do Brasil enfrentando a revolução.

Aproveito este momento para estranhar, não V. Exa., mas estranhar nossa Casa, que ninguém fez elogios à Revolução de 64 quando aqui, durante muitos e muitos anos, vimos e ouvimos Deputados fazerem apologia ao movimento revolucionário de 1964. Aqueles militares que infelicitaram a Nação e quando vi a reportagem da Dona Maria Tereza Goulart visitando Curitiba, me lembrava da expulsão de João Goulart, que foi Ministro do Trabalho do PTB de Getúlio Vargas, foi nosso Vice-Presidente da República e ninguém falou da Revolução.

Eu estava na inauguração de uma escola no Município de Tuneiras do Oeste no último sábado, dia 31 de março e ao encerrar as festividades de inauguração eu dizia: talvez o mais velho nesta reunião seja eu, que lembre essa data que infelicitou o Brasil, que calou a boca dos estudantes com o 477, que fez o AI-5 cassar e falava em João Goulart, Wladimir Herzog, morto nos porões do DOI-CODI, quantos companheiros que até hoje as famílias não sabem onde estão enterrados.

Então, é importante que se marque nesta Sessão, aproveitando seu discurso, para dizer que hoje o Brasil anda na democracia, que foi restituída a democracia ao povo brasileiro, a escolha de Presidente, de Governadores, seja o resultado que quiserem. Talvez nós estejamos do lado certo, como estamos, ao lado do Requião, ao lado do Lula. Infelizmente o nosso Partido não teve candidato, mas é assim como nós fizemos, como estes jovens que assumem, talvez a metade desta Casa, o primeiro, o segundo mandato, que a história não se faz de hoje para frente. A história se conta, se passa.

É com satisfação que eu digo que fiz parte do PMDB, do MDB e ajudamos a acabar com a Revolução de 1964. Ninguém lembra mais, mas eu me lembro, porque tantas pessoas sofreram e morreram. Ainda lembro dos infelizes militares que governaram esta Nação.

#### **O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)**

Agradeço o aparte de V. Exa. Vem enriquecer este pronunciamento meu. Sr. Presidente, ainda tenho tempo?

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

V. Exa. tem tempo suficiente para falar. Está no Horário da Liderança do Governo.

### ***Passa a usar o Horário da Liderança do Governo***

#### **O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)**

Quando eu vi a notícia e está aqui o Dr. Batista, o Dr. Felipe Lucas, o Dr. Nishimori que está prestando muita atenção ao meu pronunciamento desde a primeira palavra, ele sabe que muitas vezes o excesso de medicamentos faz com que a normalidade seja perdida. Foi assim que eu vi, quando me chegou ao conhecimento, esse acontecido lá nos Estados Unidos. Bom, então era

preciso que esta Casa - e me perdoem a imodéstia - fizesse o registro daquilo que aconteceu, porque é muito fácil você condenar seja lá quem for, sem nenhuma análise mais profunda do acontecido.

Então, quando o Anibelli estava falando, eu me lembro que um dia, nós estávamos no período do 2º turno e eu estava indo para Apucarana com o Governador Requião e companheiros do PT, essa intimorata Bancada que está aqui, eu tenho que dizer, estava no banco de trás à minha esquerda, o Padre Roque. Nós estávamos próximos das instalações do jornal Tribuna do Norte, lá de Apucarana e eu perguntei para o Padre Roque, não sei se ele se lembra, mas eu me lembro que perguntei: você sabe quem foi Antonio dos Três Reis de Oliveira? Ele falou: “não, não sei”. Pois é, Antonio dos Três Reis de Oliveira foi irmão do Taquinho que é o dono do jornal que vai receber a você, ao Requião e a mim, daqui a pouco. Eu perguntei para o Governador qualquer coisa no mesmo sentido e ele ficou em silêncio. Então, o episódio do Antonio dos Três Reis de Oliveira era desconhecido tanto por um, quanto por todos os acompanhantes. Então, quem era Antonio dos Três Reis de Oliveira? Era um menino que ajudava D. Romeo Alberti a rezar missas na Diocese de Apucarana. Eu sou de Arapongas. Eu sei que ele e o Breanese, lá pelas tantas, foram para a guerrilha. Foram combater a ditadura militar de maneira mais forte do que aquela, inclusive que eu - que era Prefeito - estava fazendo. Eu alimentava, na minha possibilidade, todos aqueles que queriam combater a ditadura militar. Eu estou falando estas coisas porque tem alguma coisa histórica em tudo isso.

Pois bem, quando chegamos na tribuna, o Requião - o cérebro ágil, ele vê longe - quando ele viu o Taquinho, falou: “a primeira obra que farei em Apucarana será uma escola que levará o nome de Antonio dos Três Reis de Oliveira.” Que era o irmão do dono do jornal, que tinha sido assassinado.

Lembro-me, Sr. Presidente, que um dia nós estávamos indo para Apucarana, eu e a minha mulher Irondi, que já foi Deputada, Vereadora, eu estava dirigindo o carro e tinha uma ação monumental da Polícia Federal e do Exército, no trecho entre Arapongas e Apucarana. Lembro-me de quando eles pararam o nosso carro, estava uma fila muito grande. Eles me pediram a documentação, que lhes foi fornecida, e eles perguntaram onde eu estava indo.

Falei: “estou indo a um culto religioso, na Matriz, em homenagem à memória de Antonio dos Três Reis de Oliveira, que foi assassinado”. Liberaram-me. Nós chegamos lá na Matriz, eles estavam filmando, como filmaram também o caixão na época do sepultamento de Wladimir Herzog. Cinegrafistas, como um jornal relatou, fotógrafos, jornalistas, que estavam lá para relatar aqui o que estava acontecendo.

#### O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) **(Pela Ordem)**

Nós conseguimos a confirmação com o Coronel Comandante do CINDACTA. Vamos nos ausentar, tanto

eu como o Deputado Marcelo e o Deputado Belinati estamos indo à reunião da CEI, junto a CINDACTA - Paraná. Nós já temos informações da INFRAERO e tentaremos passar ainda hoje.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Então, Presidente, dentro da igreja, todo aquele aparato da ditadura militar. Lembro-me que eu fui muito fotografado, filmado, e outros companheiros que estavam lá, como fizeram no sepultamento do Wladimir Herzog. Eles chegaram, a ditadura era tão descarada, que eles “fabricam” o auto-enforcamento e o suicídio do Wladimir. Mas, qualquer cara que entende o mínimo das coisas, sabe que aquele acontecimento foi maquiado.

Essas coisas aconteceram e tem gente que tem memória curta. Tem gente que não quer que nós lembremos das coisas. Nós votamos neste país a anistia, ampla, geral e irrestrita. Mas, na nossa cabeça essas coisas não acabam nunca. Elas ficam vivas, ficam cada vez mais vivas. É por isso que fazemos essa profissão de fé contra o arbítrio, contra os regimes ditatoriais, para que não tenhamos nunca mais neste País, o jornalista que quer escrever e é impedido, o autor que quer fazer o seu livro, o seu conto, a sua novela e é impedido pela ditadura militar. Os músicos como Caetano e o Gil, que tiveram que ir embora daqui porque muitas vezes não conseguiram fazer as composições que estavam, não só na alma deles, mas na alma do povo.

Por isso, Sr. Presidente, deixo registrado aqui, esse posicionamento meu, de compreensão com relação a um homem com o qual eu nunca falei. Aliás, ele é solidário inclusive naquela luta que fazemos do estabelecimento de um Estado palestino que possa viver em paz com os judeus. Então, é um homem que tem uma alma, que dedicou a sua vida a essas coisas. Porque na hora que nós precisávamos dele, ele, sem ser chamado, falou “presente”, enquanto muitos se escondem dos acontecimentos e não querem que nós nos lembremos.

Muito obrigado!

#### O SR. FELIPE LUCAS (PPS) **(Pela Ordem)**

Gostaria de agradecer à Mesa por ter nos dado a oportunidade de agradecer a presença do Vereador Marcelo Rodrigues, que é Presidente da Câmara Municipal de Irati. E se me permite, gostaria muito de dizer da eloquência do discurso do Deputado Waldyr Pugliesi, quando nos lembra coisas importantes para nós todos e principalmente para os mais jovens. Realmente, Ulysses e outros como médicos, aqui sabem, que por alguns momentos nós precisamos do lítio, que foi o que ele precisou. E assim por diante. O Herzog, que tanto ele falou. O Geraldo Vandré, que teve problemas muito sérios com a ditadura. Enfim, agradecer e elogiar o discurso do Deputado Waldyr Pugliesi, do Deputado Anibelli, que lembraram prontamente de momentos muito difíceis e que também passei um pouquinho daqueles momentos. Naquela época cursava a faculdade de Medicina e tive-

mos certa repreensão. Mas, num outro momento gostaria de falar.

Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário destinado ao PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

### ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, Sra. Deputada Luciana Rafagnin, meu colega Prefeito Edgar Bueno, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente quero registrar a presença, na Assembleia Legislativa, do ex-Prefeito de Maringá, irmão do atual Prefeito de Maringá e Deputado Federal, Ricardo Barros, escolhido novo Presidente do Partido Progressista no Paraná.

Sr. Presidente Nelson Justus, se falou aqui da atividade do Governo do Paraná e eu tenho acompanhado, através da imprensa, as primeiras notícias a respeito do Magistério do Paraná, a respeito dos professores estaduais, que marcaram para os próximos dias uma mobilização, no final desta semana, em que os alunos terão aula neste dia da mobilização por apenas trinta minutos. Eles lutam por melhorias salariais.

Falando em professores, a violência está tão grave contra os professores que ontem à noite, na minha Cidade de Londrina, a Diretora da escola foi seqüestrada por vários alunos da própria escola, foi levada e abandonada num matagal a quase cinquenta quilômetros de distância. A Diretora da escola! Na zona sul de Londrina, ontem à noite. Fato extremamente grave. Daqui a pouco, como disse essa professora, que não se acha mais em condições de retornar ao comando, à direção dessa escola, na zona sul de Londrina. Ela correu sério risco de vida ao ser assaltada, seqüestrada e abandonada tarde da noite, cinquenta quilômetros do centro da Cidade de Londrina, nas imediações do Distrito de Lerrovile.

Mas, no tocante à mobilização dos professores, é visando melhoria salarial. E eu queria, aqui, fazer um apelo ao Deputado Romanelli, com sua sensibilidade, com sua força, nós temos uma Bancada minoritária, para que V. Exa. sensibilize o Governador Roberto Requião a dar o aumento aos professores para evitar uma nova greve.

Eu fico imaginando que transtorno para a criança, para o adolescente, para os alunos da rede pública estadual de ensino, havendo uma nova greve, que pode durar um dia, uma semana, um mês ou vários meses, como já aconteceu aqui no Paraná.

Então, em nome do interesse das crianças, dos adolescentes, dos estudantes, da mãe, do pai, das famílias;

em nome do interesse maior da Educação, eu creio que é chegado o momento de o Governador Roberto Requião se antecipar, sair na frente, evitar a greve.

Chego a imaginar que a maioria dos professores não deseja fazer greve. A greve será um recurso de último instante, uma medida extrema. No fundo, o que os professores querem é o diálogo, as portas do Governo abertas e, acima de tudo, que suas justas reivindicações sejam atendidas pelo Governador Roberto Requião.

Outro assunto, Presidente Nelson Justus: vou falar de um alemão, não do que ganhou o Big Brother, porque ali a parada foi fácil. A votação, até por internet, que não tem valor oficial, dava até no site "O Fuxico", ainda ontem, antes do Big Brother, uma votação de 91% para a vitória do Alemão. Eu vou falar de um outro alemão, um homem muito inteligente, Cardeal Ratzinger, considerado uma das maiores inteligências da Igreja Católica.

Conversei com alguns padres e bispos, durante o período que marcou a sucessão do Papa João Paulo II, e era unanimidade que para aquele momento o Cardeal Ratzinger era a figura de maior inteligência da Igreja Católica. Inteligente, sem carisma, assumiu o cargo de Santidade, chefe supremo da Igreja Católica, cometeu um deslize ao falar sobre o Profeta Maomé, mas não é sobre Maomé que vou falar.

Saiu uma manchete bem grande a respeito da palavra do Papa Bento XVI, Cardeal Ratzinger, sobre o casamento. O que disse o Papa? O Papa declarou: "segundo casamento é uma praga!"

Sr. Presidente, não há estatística, nem o IBGE está em condições de dizer, quantos milhões de casais brasileiros casaram uma vez, duas vezes, estão separados, partiram para a formação de um novo lar. De vez em quando, lemos que há cidades no Brasil, como Brasília, que o índice de divórcio chega a superar o índice de casamentos no cartório.

O que leva um casal à separação? Os motivos são inúmeros.

Eu conheço a história de um Pastor da minha igreja, que casou com uma moça que estava inchada, coitadinha, vivia colocando faixas. Eles casaram, foram para a lua-de-mel e, na viagem, nasceu o bebê, que não era filho do Pastor. Aí, para devolver a noiva para os pais, o Pastor teve que vir ajudando a trocar fraldinha e tal, cuidando do filho que não era dele.

Um dos maiores advogados do Paraná, certo dia, perguntei a ele: escuta, já que estamos nós dois aqui, tranquilos, conta para mim por que não deu certo o seu casamento? Ele falou: "Belinati, senta aí. Vamos conversar." E ele relatou, Sr. Presidente, que se casou na Catedral de Londrina, reunindo a mais alta sociedade da minha cidade, recepção num grande buffet e, ao descer do altar, depois que o Bispo anunciou que os cumprimentos seriam no buffet, a noiva entrou no carro, olhou para ele e falou: "casei com você, mas não gosto de você, não!" Ele disse que ficou todo desconcertado, foi para a

lua-de-mel e, mais lá na frente, fez uma besteira, quase que foi fatal a besteira que ele fez, e acabou se separando.

Daí eu pergunto: esse advogado não tem o direito de construir uma nova família? E o Pastor que foi enganado pela noiva, que dizia que estava apenas inchada?

Eu vi no programa da Oprah, que é um dos maiores programas da TV mundial, ainda nesta semana, ela entrevistando uma moça muito bonita e perguntou: o que houve que separou do marido?" Ela falou: "ah, chegou o momento que não agüentei e falei para o meu marido que eu era lésbic, e o meu marido virou para mim e falou: "não tem problema, porque também sou gay".

Então, Sr. Presidente, cada um teria uma história, porque casamento não deu certo, porque deu certo. É evidente que não há nada que pague a formação de uma boa família. O maior patrimônio que pode existir é uma família bem constituída. Agora, de vez em quando, vemos casal brigando, ofensas verbais, não só agressão física. Tem gente que transformou seu próprio lar num inferno.

Eu era Prefeito, fui fazer uma inauguração e chamei uma senhora até a frente e fiz uma brincadeira até imitando o Sílvia Santos: a senhora é casada, solteira, ou tico-tico no fubá? Ela disse: "graças a Deus sou viúva, aquele vagabundo só chegava em casa bêbado, me batendo, agora ele morreu e fiquei com a pensão dele".

Então, Sr. Presidente, o que eu queria aqui lamentar que uma figura de uma inteligência tão grande, como o Cardeal Ratzinger, tenha sido infeliz numa crítica que atingiu milhões e milhões de casais só no Brasil. Agora, imagine no planeta Terra como um todo, a quantidade de casais que partiram para a formação de uma nova família. E o desejo nosso, é que aquele que não teve a felicidade de conseguir ajeitar a sua vida com a sua companheira, com o seu companheiro, que possa ter o direito de tentar uma nova família.

E, ao contrário do Papa, eu diria que um segundo casamento não é uma praga, é uma benção.

Aliás, é bom lembrar que hoje, em que pese a Igreja Católica ainda não celebrar casamento de divorciados, há muitos padres que estão fazendo um particular. Vão à casa da noiva, do noivo, dos parentes, fora da igreja e abençoam o casal que estava divorciado e que arranhou uma nova companheira, um novo companheiro.

Nosso desejo é que cada um encontre no seu companheiro, na sua companheira, esta grande felicidade que todos têm direito e que sejam abençoados por Deus.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PL/PRB/PV; Bloco PPS/PMN, e Liderança da Oposição.

(Declinam)

## **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Ofício nº 024/07, subscrito pelo Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, solicitando o pequeno auditório, o Plenarinho, para ser utilizado no próximo dia 03 de maio, com a finalidade de realizar a Audiência Pública do FUNDEBX - **À Comissão Executiva.**

Ofício nº 025/07, subscrito pelo Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, solicitando o pequeno auditório, o Plenarinho, para ser utilizado no próximo dia 23 de abril, com a finalidade de realizar a Audiência Pública sobre o aniversário da Lei 4950-A - **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 054/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo reformas na quadra do Ginásio de Esportes e na casa do zelador, no Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, no Município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 055/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo a reforma geral da Escola Jandaia do Sul, no Município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 056/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo a compra imediata do medicamento Prograf, para evitar a rejeição nos transplantados do fígado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 057/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo a duplicação imediata da rodovia que liga Curitiba e Piraquara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 058/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo a instalação de uma UTI - Unidade de Terapia Intensiva, no Município de Siqueira Campos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 059/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo a construção do IML - Instituto Médico Legal, no Município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 724, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 05 de abril (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 025/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Fraternidade, com sede e foro no Município de Guaratuba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 026/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Arte, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 067/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa dos Membros da 7ª Igreja do Evangelho Quadrangular, com sede e foro no Município de Pato Branco. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/07, de 05/03/07, em Projetos de Lei).**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 067/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Recreativa dos Membros da 7ª Igreja do Evange-

lho Quadrangular, com sede e foro no município de Pato Branco.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.  
(aa) RENI PEREIRA - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 098/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação San Julian, Amigos e Colaboradores, com sede e foro no município de Piranguara. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/07, de 12/03/07, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 099/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/07, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, efetuar doação de imóvel ao município de Palmas. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/07, de 12/03/07, em Mensagens).**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 099/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, autorizado a efetuar a doação, ao Município de Palmas, do imóvel com 24.200,99 m2, parte de área maior, nesse município, conforme discrimina a Matrícula nº 0372, do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas.

Art. 2º O imóvel em questão destina-se, exclusivamente, à implantação de escola municipal, retornando ao patrimônio do IAPAR, caso lhe seja dado destino diverso.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.  
(aa) RENI PEREIRA - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

#### **ITEM 06**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 100/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.136, de 03 de maio de 2001, que declarou de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos e Amigos do Basquetebol. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/07, de 12/03/07, em Projetos de Lei).**

## 2ª Discussão

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que altera a Lei nº 14.743, de 15 de junho de 2005, que proíbe fumar nos recintos e edificações que especifica e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CSP. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (Democrata)

Pela ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

O Deputado Reni Pereira levantou uma questão de ordem, na Sessão de ontem, em relação a esse projeto e segundo informações levantadas por ele, essa lei já existe há muito tempo no Estado do Paraná. Acreditado que a assessoria da Mesa deve ter feito um levantamento. Caso seja afirmativo, solicito a retirada desse projeto da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Realmente, Deputado Elio Rusch, esse projeto já passou na CCJ. A lei já existe, além do projeto de lei do Deputado Antonio Anibelli, a Lei 14.743. O proponente da ação, no caso o Deputado Fábio Camargo, altera, inclui um novo artigo, mais um, razão pela qual estamos colocando em votação.

O SR. ELIO RUSCH (Democrata)

Diante disso, Sr. Presidente, vou apresentar um requerimento à Mesa, solicitando a retirada desse projeto, por dez Sessões, para que o autor do projeto possa entrar em entendimento com o Deputado Antonio Anibelli e que ele apresente o novo projeto alterando a lei já existente. Caso contrário, no meu entendimento, a boa técnica legislativa exige isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É exatamente, Deputado Elio Rusch, o que está ocorrendo. O projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Camargo, altera a Lei 14.743.

O SR. ELIO RUSCH (Democrata)

Sr. Presidente, para deixar claro, eu fui pelas palavras do Deputado Reni Pereira na Sessão de ontem e se efetivamente for isso, concordamos.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, está em 2ª Discussão?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em 2ª Discussão.

SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Vou apresentar uma emenda, que na Assembleia Legislativa - está incluída na nossa lei, mas como quase

ninguém respeita - que conste o artigo do Deputado Fábio Camargo, que nas dependências da Assembleia Legislativa também seja proibido fumar, não só aqui no Plenário, como no Departamento de Imprensa, como nos corredores desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Na realidade, o artigo 5º da lei de V. Exa. diz exatamente isso, que é vedado fumar em órgãos e entidades integrantes da administração pública do Estado do Paraná.

SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Exatamente, mas ninguém respeita, Sr. Presidente. Então, temos que fazer valer a lei. Revolto-me quando vou à Secretaria de Educação e vejo funcionários da Secretaria fumando ao lado do Gabinete do Secretário; quando vou a um Núcleo de Educação e vejo a Chefe do Núcleo fumando na frente de todos os funcionários. Revolto-me e fico indignado, porque tem que partir das pessoas, do Presidente da Assembleia, dos Deputados, do Diretor Geral, da Secretaria de Saúde. Você entra em uma Chefia de Gabinete ou nas dependências do Gabinete do Secretário, do Chefe do Núcleo ou na Direção de uma escola e está lá a professora, o Diretor ou a Chefe do Núcleo fumando. Não respeitam! E como vão cobrar dos alunos? Porque o fumo é uma droga também, Sr. Presidente. Precisamos aprimorar em fazer valer e colocar anúncios.

Teve épocas aqui que consumi com todos os cinzeiros que tínhamos e os Deputados mais velhos sabem, porque me dispus a catar todos os cinzeiros e jogar no lixo e nunca mais voltaram. E tinha os indicativos, como existe ali ainda, só que acho que temos que passar para o gabinete da imprensa para que seja respeitado, porque aqui no Plenário tem sido respeitado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Exa.

**(Assentimento)**

Ora, Sr. Presidente, acho que o tema, na verdade - estou encaminhando como Líder do Governo, mas não posso deixar de dar minha opinião - não sou fumante, mas temos que reconhecer que é uma verdadeira discriminação contra os fumantes, por conta, é claro, dos malefícios que o vício causa às pessoas. Agora, temos que reconhecer que seja aqui nesta Casa, um gabinete de Deputado, que é de uso privativo do Deputado, ou de outro ambiente onde não haja a presença de outras pessoas que se tornarão fumantes passivos. No mais já funciona, já está regulamentada a questão, - ou seja, nos ambientes públicos é proibido fumar e o próprio setor privado já regulamentou esse tema, porque temos hoje toda uma legislação federal e estadual regulamentando o tema. Agora, parece-me que proibir, banir da possibilidade de uma pessoa que seja fumante, de em um gabinete privativo ou em um espaço privativo ela poder consumir



uma droga, que é lícita, parece-me que é uma ofensa ao artigo 5º da nossa Constituição, especialmente no inciso IX, que garante o direito à intimidade e à vida privada. Ou seja, não é possível também que vivamos em um estado policaresco de reprimir o consumo de uma substância que é lícita, dentro de um espaço privativo.

Então, acho que temos que tomar cuidado com a técnica redacional, para poder, de fato, respeitar o direito individual das pessoas, sempre em frente ao direito coletivo. Mas, é necessário que possamos preservar o direito individual das pessoas.

Era isso, Sr. Presidente!

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Obrigada! Apenas para registrar e agradecer a presença dos nossos companheiros, o Vereador de Parancity, o Noel, juntamente com o Mário. Muito bem-vindos à nossa Assembléia do Paraná!

Ao Prefeito de Paçandu, Moacyr, juntamente com o Presidente da Câmara, Valdomiro, e o Vice-Presidente e também ex-Presidente da Câmara, Vereador Marquinhos. Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa do Paraná!

Obrigada!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente!

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, seguindo o que disse o Deputado Anibelli aqui, nós somos uma Casa de Leis e quando nós fazemos leis, as leis são para serem cumpridas. Mas, infelizmente, tem lei que pega e tem lei que não pega. Por exemplo, fiz uma lei no ano passado que obriga as empresas que vendem latinhas de cerveja e refrigerante, a colocar lacre higiênico para proteger contra os ratos, naquela latinha que todo mundo bebe e que geralmente o dono do bar nunca limpa. Eu nunca vi aquela lei ser cumprida, algumas cervejarias estão cumprindo e outras não. Tem multa, inclusive, mas eu nunca vi fiscalização, nunca vi cumprir aquilo. Mas eu, seguindo o pensamento do Deputado Anibelli - que é, com todo o respeito, um decano nesta Casa e é mais conhecedor que eu que sou apenas do terceiro mandato - queria seguir o exemplo dele, porque quando há bons exemplos, temos que segui-los.

Eu queria convocar todos os vendedores ambulantes para voltarem à Assembléia, porque se não cumprem a lei do "proibido fumar" na Assembléia, então que não se cumpra a lei que foi dada agora de que os vendedores não podem vender mais salgados na Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação. Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ***Discussão Única (Indicações)***

### **ITEM 08**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 025/07, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que indica ao Sr. Governador do Estado a criação da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu. **Aprovada. (Publ. no DA nº 017/07, de 27.03.07, em Indicações).**

## ***Requerimentos***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 706, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 711, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa lembra aos Srs. Deputados que após esta Sessão, teremos uma outra Sessão em decorrência do requerimento aprovado nesta Sessão para a antecipação da Sessão de amanhã.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, esse Requerimento 129, requerimento de pedido de urgência do Projeto 129, desculpe, eu não sei do que se trata esse projeto, eu pedi aqui, justamente, para poder saber. V. Exa. engatou outro assunto e...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Regime de urgência ao título de Cidadão Honorário.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

E já havíamos votado.

Requerimentos nºs 712 e 717, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Retirados pelo autor.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, eu queria encaminhar. São dois requerimentos, esse e o outro requerimento que pede...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quais autoridades paranaenses fizeram viagens para a Venezuela...

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Isso. Eu conversei com o autor do requerimento, o Deputado Ney Leprevost, e penso que a Liderança do Governo poderá prestar as informações ao autor do

requerimento sem que, necessariamente, ele tenha que ser votado por esta Casa. Eu pediria que esse entendimento pudesse ser seguido para que pudéssemos ter um entendimento aqui de prestar as informações necessárias, sem que nós possamos, de fato, ter de novo o recomeço daquela prática que acabou nos desgastando aqui no início desta Sessão Legislativa.

Então, eu consultaria o Deputado Ney Leprevost, que nós encaminharemos as informações a ele pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, nós entendemos que esse requerimento se faz extremamente importante, ambos os requerimentos, devido a uma curiosidade que temos para saber sobre essas viagens, que foram inúmeras, à Venezuela. Mas o Deputado Romanelli é uma pessoa que goza da nossa total e irrestrita confiança, nunca faltou com a sua palavra, então nós pedimos a retirada do projeto por cinco Sessões e se vierem as respostas nesse período, então abriremos mão do pedido de informações. Acredito que o Deputado Romanelli tem todas as condições de dar essas respostas, via ofício, para que possamos prosseguir as investigações em relação as conexões com a Venezuela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

**Ambos os requerimentos estão retirados pelo autor.**

Requerimento nº 715, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 721, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, sobre essa moção referente a Polícia Federal, apenas para registrar rapidamente que na semana passada a Polícia Federal fez um dia de paralisação, porque foi assinado um acordo, no ano passado, com o Ministério da Justiça em que o Ministério assumiu um compromisso de recomposição salarial dos policiais federais de todo o Brasil.

Como os senhores sabem, hoje a Polícia Federal é a Polícia mais atuante no país no combate ao narcotráfico, no combate até mesmo à corrupção. Então, esta reivindicação dos policiais federais de recomposição salarial é uma reivindicação extremamente justa e eu considero positivo que a Assembléia Legislativa do Paraná se manifeste favorável à Polícia Federal e que este manifesto seja encaminhado ao Sr. Ministro da Justiça.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 725, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 726, de autoria dos Srs. Deputados Elio Rusch, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Ney Leprevost e demais Srs. Deputados da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, vamos encaminhar pela rejeição do requerimento em função que, na minha avaliação, se trata de um pedido absolutamente fora de propósito, na medida que eu apresentei a esta Casa um projeto de lei para poder discutir e dar livre provimento do Governador nos cargos administrativos e jurídicos, em função de uma série de questões que tenho discutido, inclusive na CCJ.

Eu queria dizer o seguinte: esse tema vai ser discutido na CCJ, o requerimento é absolutamente despropositado e eu pediria que o autor retirasse o requerimento. Acho que o requerimento não tem nenhum significado a não ser criar, inclusive do ponto de vista pessoal, até um constrangimento.

O SR. ELIO RUSCH (Democrata) (Para Encaminhar)

Deputado Romanelli, eu não vejo motivo para retirar esse requerimento a não ser que V. Exa. se comprometa a nos fornecer o que solicitamos no pedido de informação, aí nós o retiramos, por cinco Sessões, a exemplo daquilo que fez o Deputado Ney Leprevost.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, isso há oito ou dez anos atrás, aprovamos a ParanaPrevidência, que está sustentada sobre três pilares que são: a Parana Financeira, o Fundo Financeiro e o Fundo Previdenciário. Dentro da própria lei que aprovamos, nós damos alguns poderes para que o Governo possa regulamentar o funcionamento da ParanaPrevidência.

A ParanaPrevidência, que foi criada por corpo da lei e essa semana ainda a Rede Globo fez algumas reportagens sobre o complicador dos Estados do nosso Brasil em relação à folha de pagamento, o comprometimento e o desequilíbrio que existem nos Estados. A Rede Globo, através do seu departamento de jornalismo, fez algumas ressalvas sobre quais os Estados que tinham resolvido essa questão, e entre os Estados está o Estado do Paraná. Alguém da própria Bancada do Governo já disse que a maior obra que o Governador Jaime Lerner teria feito, foi resolver a questão funcional que é a ParanaPrevidência. Foi a melhor coisa que o Lerner fez.

Hoje, na ParanaPrevidência nós temos algo em torno de três bilhões e quinhentos milhões de reais em ativo disponível. Dentro da ParanaPrevidência, no seu estatuto diz que qualquer alteração que venha ser feita na ParanaPrevidência tem que ser aprovada pelo seu Conse-

lho, por maioria absoluta. Se nós queremos aprovar uma lei ou não queremos aprovar, e V. Exa. é autor de uma das leis que visa alterar a composição ou a formação do Conselho de Administração da ParanaPrevidência, antes disso também, tem necessidade de ser aprovado pelo Conselho da ParanaPrevidência.

No Estatuto, artigo 15, artigo 16, trazem exatamente essa doutrina, como tem que seguir. E nós estamos pedindo apenas uma informação, Deputado Romanelli, se houve alteração no Estatuto da ParanaPrevidência. Se não houve, a Secretária Maria Marta - e acho que é Presidente também do Conselho - vai informar que não houve alterações, e se houve alterações, ela vai informar para a Casa que houve alterações e manda cópia da Ata para nós, e quais os Conselheiros que estavam presentes.

Acho que é um direito que a Assembléia Legislativa tem, Deputado Romanelli, de apenas saber se houve alteração, já que a ParanaPrevidência está legislando, está cuidando do futuro de todos os funcionários na ativa do Governo do Estado, tanto da Administração Direta quanto Indireta. Então, por que nós aqui da Assembléia Legislativa não podemos saber se houve alguma alteração? Esse é o pedido de informação que eu faço. Peço encarecidamente a V. Exa., que ontem ainda disse que não tem nada a esconder. Então, houve alteração ou não houve? É só isso o que nós queremos saber.

#### O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, eu concordo com o Deputado Elio Rusch. Eu me comprometo a fazer o seguinte: primeiro, claro que qualquer alteração que seja feita, é feita por lei. É óbvio isso e tem valor superior ou igual ao próprio Estatuto. Eu me comprometo a ir buscar essa informação.

O projeto em questão, eu estudei um substitutivo para poder deixar absolutamente transparente e não restar dúvida em relação à questão da qualidade, porque a questão concreta que estamos tratando, é que o problema grave é a questão que envolve especialmente a Diretoria Jurídica da ParanaPrevidência. Nós temos no nosso Estado, no aparelho do Estado, pouquíssimos advogados - quase inexitem - especializados em Direito Previdenciário. A grande preocupação é que nós temos mais de 5.000 ações, demandas dos servidores contra o Fundo e nós temos dificuldade em nomear alguém que tenha essa característica de ser especializado, até para poder fazer prevalecer o interesse público. A questão que estamos tratando aqui, não é de desconfigurar, de desnaturar, de extinguir, de criar qualquer tipo de embaraço à boa gestão da ParanaPrevidência.

Quero dizer que o requerimento poderá ser respondido de forma objetiva pela Liderança do Governo, e eu me comprometo a votar e apresentar o nosso projeto com o substitutivo que estamos preparando, para manter a qualidade, e o projeto vai ter uma lógica absoluta. Aprovar isso, se for necessário, pelo Conselho Diretor da ParanaPrevidência, porque o que está em jogo é o interesse público.

Entendo a preocupação de V. Exa. e me comprometo a buscar as informações através da Liderança do Governo e se for necessário, promover a devida aprovação pelo Conselho Diretor, de forma absolutamente transparente, porque não se quer fazer nenhum tipo de aprovação que não seja a favor do interesse público e fruto do bom senso na gestão do Estado. Essa é a nossa intenção. Esse tema tem sido explorado politicamente, única e exclusivamente para criar embaraço, quando na verdade estamos tratando do interesse público. Vou trazer as informações, porque na verdade, uma tentativa de se criar um embaraço, quando nós podemos ter, pela técnica legislativa, a manutenção da qualidade, sem nenhum problema e ao mesmo tempo fazer uma gestão eficaz do Fundo, garantindo enfim que profissionais qualificados possam efetivamente atuar.

É isso, Sr. Presidente, essa é a minha resposta à questão suscitada por V. Exa.

#### O SR. ELIO RUSCH (Democrata)

Deputado Romanelli, se V. Exa. se comprometer, eu retiro o requerimento por cinco Sessões, se nesse prazo vierem as informações que nós solicitamos.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Elio Rusch, quero deixar claro: não se pode retirar o requerimento por cinco Sessões. Discute, ou retira-se por uma Sessão. V. Exa. retira agora o requerimento e daqui a cinco Sessões V. Exa. apresenta um novo requerimento.

#### O SR. ELIO RUSCH (Democrata)

Nós faremos isso, Sr. Presidente. Mas, só para dizer ao Deputado Romanelli, que ninguém quer trazer embaraço nenhum. Longe disso! O Deputado Romanelli foi muito feliz quando disse que o interesse público está em jogo.

Claro que é o interesse público. Nós queremos preservar exatamente a questão financeira do Estado do Paraná. Preservar, acima de tudo, a ParanaPrevidência e o futuro dos nossos funcionários. Porque o Brasil, hoje, está quebrado, em muitos Estados. O Rio Grande do Sul está quebrado, pela questão funcional, pelos seus aposentados, pelo seu quadro funcional.

O Estado do Paraná está caminhando no caminho corretíssimo. Eu não vejo e não vamos discutir isso, caso o Deputado Romanelli ainda persista em apresentar o seu projeto. Eu espero também que o bom senso reine em vossa pessoa, que lhe é peculiar, e até retire o projeto, porque não é possível que dentro dos milhares e milhares de funcionários que nós temos dentro do Estado do Paraná, não existam duas pessoas qualificadas, com nível superior, com formação de Direito, que possam integrar o Conselho de Administração da ParanaPrevidência. Teve-se até hoje, por que não pode continuar? É para exatamente manter essa paridade dentro do Conselho. Foi com esse objetivo que foi criada a ParanaPrevidência.

Eu retiro o requerimento. Espero que o Deputado Romanelli, nas próximas cinco Sessões, nos apresente as informações. Caso contrário, vamos reapresentar de novo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)  
**Devidamente retirado pelo autor.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)  
Quero saudar aqui a presença do nosso ex-Deputado Scarpellini, que já estamos com saudades.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)  
Devidamente registrado, o Deputado Scarpellini é sempre bem-vindo a esta Casa.

Requerimento nº 728-A, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 730, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 731, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 732, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 736-A, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 736, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado pelo Sr. Deputado Chico Noroeste, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 160, 183 e 185/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 009 e 026/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 026/07.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Comissão Executiva***

##### ***Atos***

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 218/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

##### **R E S O L V E :**

prover AMANDA GRACIA BUENO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 219/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

##### **R E S O L V E :**

prover GUILHERME FRANÇA DE CAMPOS MELLO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 220/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

##### **R E S O L V E :**

prover LUIZ ANTONIO RODRIGUES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 221/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

##### **R E S O L V E :**

prover GERSON CUNHA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 222/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover GIOVANA TROMBINI CHARAVARA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 223/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover JOSE RODRIGO SADE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 224/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover SILVANA MARQUES DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 225/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover PATRICIA ROIKO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 226/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover JENIFER CRISTINE KLINGELFUS PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do

Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 227/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover MIRIAN PIRES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 228/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover TELMA CORDEIRO RAYSEL, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 229/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover CARLOS APARECIDO RODRIGUES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 230/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover FABIANE FERNANDES PROHMANN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 231/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover IVO ERICSSON CAMARGO DE LIMA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 232/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover CRISTINA APARECIDA IAGLA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 233/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LUCAS GIROTO CARDAMONI para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 234/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LUIZ CARLOS FAZOLIN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 235/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOSE POCHAPSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 236/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LILIANE REGINA MICHALSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 237/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover SANDRA DO AMARAL DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 238/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARCELO ROGERIO LINDNER, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 239/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover FELIPE CHRISTOFORO MONGRUEL, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 240/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover CEZAR TELLES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 241/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARIA CRISTINA DE SOUZA ROCHA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 242/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover SILVIA ANDREA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 243/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover PRISCILLA MARIA DE ANDRADE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 244/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MICHELLE HYCZY LISBOA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 245/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARIA ANGELICA BASTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 246/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover DIMAS GERALDO ZANELATTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 247/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

prover ALFREDO OLINTO KUHN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 248/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

prover VALDIR ANTONIO ROSA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 249/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

prover JEAN PIERRE LAMOUR, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 250/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

prover JOAQUIM CARLOS FRANCO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 251/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

prover SABRINA APARECIDA DA SILVA DENOVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 252/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

prover FREDERICO CARLOS DE CARVALHO ALVES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 253/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

prover SILMARA APARECIDA ZAGUOBINSKI DA COSTA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 254/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

prover RODRIGO SOPPA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário



## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 255/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover NELSON FERNANDES DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 256/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover NATALINO BASTOS DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 257/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover VANIA CARVALHO DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 258/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOAO LOURENÇO DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 259/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover CARLOS ALBERTO BATISTA DE PAULA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01.02.07.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 260/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JUSSARA PEREIRA ELVINO DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 261/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover EDNA CAMILO DANTAS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 262/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover DALITA APARECIDA MILESKI DE PAULA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01.02.07.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 263/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover SUELI FERREIRA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 264/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover CECILIA COBELLACHE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 265/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover RAFAEL RUDGE MILLER, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 266/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LUIS CARLOS MONTEIRO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 267/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOSIANE CORREIA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 268/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ROSECLER TEREZINHA DE ANDRADE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 269/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JULIANA ROLIM DE MOURA CICHACEWSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 270/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ANTONIO CAETANO DE PAULA JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 01.02.07.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 271/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover SAMUEL TEIXEIRA DE CARVALHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 272/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover VILMA RICOBOM, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 273/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover YEDA MARY DE CARVALHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 274/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOSE CARLOS BRANCO JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 275/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover FLAVIA RIBAS FERREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ribas Carli Filho, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 276/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JUNIA LUIZE MULLER DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ribas Carli Filho, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 277/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ALYSSON CAUE THIEVES TOCZEK, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ribas Carli Filho, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 278/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARGARIDA MARIA FIGUEIREDO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamade, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 279/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LUCIANA GLAB, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamade, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 280/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover NICOMEDES FAVERO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamade, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 281/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ANDRE LUIZ KLOSS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamade, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 282/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ROBERTA MISCHIATTI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamade, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 283/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover RAFAEL JUSTO REBELATO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamade, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 284/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LIVIA RAMOS PINTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamade, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 285/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MICHELLE ARON GONÇALVES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamade, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 286/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARCIA PINHEIRO FRANCISCO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamade, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 287/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LETICIA NASCIMENTO DOS REIS LOPES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamade, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 288/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOAO GUILHERME RIBEIRO FRANCISCO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamade, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 289/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOSE ROBERTO LOPES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamade, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 290/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ANGELA MARIA MORENO PRADO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Mamade, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 291/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LUIDI CESAR CORREIA DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Marcelo Rangel, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 292/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOSE BRUSTOLIM NETO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Marcelo Rangel, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 293/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ADRIANO BORKOSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Marcelo Rangel, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 294/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover AGOSTINHO IAROCRINSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Marcelo Rangel, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 295/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover ALTAIR FORTUNATO BENEVENUTE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Marcelo Rangel, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 296/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover DANIELE APARECIDA ANTUNES DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Marcelo Rangel, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 297/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover EDISON SILVERIO, para exercer cargo em

Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Marcelo Rangel, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 298/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover JOSIANE DO ROCIO VIEIRA GUIMARÃES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Marcelo Rangel, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 299/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover LUCIANO OTAVIO DE ARAUJO CARNEIRO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Marcelo Rangel, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário



# S U M Á R I O

## DIÁRIO Nº 023

### 022ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	39
Presenças.....	39
Abertura da Sessão .....	39
Expediente:	
Requerimento .....	39

#### Ordem do Dia:

Discussão/Votação

1ª Discussão ..... 40

Discussão Única (Proposições) . 41

Discussão Única (Indicações) ... 43

**Encerramento da Sessão ..... 43**

#### Publicações

Atas de Comissão

Finanças..... 43

**Publicações Administrativas..... 45**

## DIÁRIO Nº 023

### 022ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2007

(quarta-feira)

#### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Edgar Bueno e Chico Noroeste.

#### Presenças:

Às dezesseis horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (34).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins,

Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Stephanes Júnior e Valdir Rossoni (14).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Geraldo Cartário, Ney Leprevost, Ribas Carli Filho, Rui Hara e Teruo Kato (06)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária antecipada do dia 05 de abril, quinta-feira, conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste.

#### Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

#### Expediente:

#### Requerimento

REQUERIMENTO Nº 737

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco para as proposições constantes dos itens 04 e 05 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 04.04.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

## **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **1ª Discussão**

#### **ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Parque Tingui, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 160/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Camargo, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Amigos do Parque Tingui, com sede e foro no município de Curitiba.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### **ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Aliança, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/07, de 28/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 183/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de Utilidade Pública Esta-

dual a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Aliança, com sede e foro no Município de Curitiba.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### **ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Lar Nossa Senhora da Esperança - Lar Esperança, com sede e foro no Município de Sarandi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/07, de 29/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 185/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Lar Nossa Senhora da Esperança - Lar Esperança, com sede e foro no Município de Sarandi.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Exa., gostaria de requerer à Mesa para que fossem votados os itens 4 e 5 por se tratar da mesma matéria e pela mesma justificativa. Eles podem ser votados em bloco, por justamente atender ao disposto no nosso Regimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa consulta os Srs. Deputados se estão de acordo com o Requerimento nº 737, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, Líder do Governo, constante do expediente, que requer que os itens 4 e 5 da pauta sejam votados em conjunto, por se tratar de maté-



rias similares. Ambos tratam de doação de imóveis, um à Prefeitura Municipal e outro à Federação da Associação de Bairros de Maringá. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

### ***Discussão Única (Proposições)***

#### **ITEM 04**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 009/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 311/06, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo Estadual a efetuar cessão de uso de imóvel na Prefeitura Municipal de Barracão-PR. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 351/06.

Curitiba, 22 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 456/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com as disposições do artigo 87, inciso VII, combinadas com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 311/06, por considerá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel, cuja cessão é pretendida, está sendo utilizado por órgão da própria Administração Estadual (Agência de Rendas).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 311/06 encontra-se publicado no DA nº 062/06, de 31/05/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 009/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 311/06, de autoria do Deputado Caíto Quintana, vetado pelo Governador do Estado, objetiva o Executivo Estadual autorizar a efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Barracão pelo lote urbano nº 03 da quadra nº 17, localizado à Rua Minas Gerais, esquina com a República Argentina, da Planta Geral da Cidade de Barracão/PR, com área de 385 m², de propriedade do Estado do Paraná, conforme Matrícula 05, devidamente averbada, do Registro de Imóveis de Barracão/Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Estadual e Fede-

ral, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Diante do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição do veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

#### **ITEM 05**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 026/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 454/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que autoriza a doação de imóveis à Federação das Associações de Bairros de Maringá. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 374/06.

Curitiba, 22 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 399/06, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 454/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado pela própria administração estadual e face inconstitucionalidade por ofensa ao princípio da iniciativa, tendo em vista que, não tendo sido do Chefe do Poder Executivo, fere os artigos 66 e 87 da Carta Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 454/06 encontra-se publicado no DA nº 098/06, de 04/09/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 026/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 454/06, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo a doação de imóveis à Federação das Associações de Bairros de Maringá.

#### **Fundamentação**

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de*

*quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...)* (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário Deputado Chico Noroeste que, por gentileza, proceda à chamada nominal. Lembrando que os Srs. Deputados que forem favoráveis ao veto devem votar com a expressão SIM e os que forem contrários ao veto com a expressão NÃO.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Por conta que nós temos uma Bancada e há sempre dúvidas, gostaria de encaminhar dizendo que os dois vetos foram feitos pelo Governador Requião por conta de que os dois são de interesse da administração pública estadual. Portanto, os vetos devem ser mantidos. Pedimos aos Deputados que votem com a expressão SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Acho que ficou bem claro: favoráveis ao veto - SIM; contrários ao veto - NÃO.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Estou encaminhando pela nossa Bancada!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeito.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Gostaria de pedir ao Presidente, ao 1º Secretário, à 2ª Secretária desta Casa, aos colegas Deputados e Deputadas, para que nos acompanhem. Peço, aqui, também, em nome do Deputado Caíto Quintana, para que votem com a expressão NÃO, visando que é de extrema importância.

Respeitando nosso Líder Deputado Romanelli, que faz brilhantemente sua defesa em prol do Governo do Estado do Paraná, defendendo o Governador Requião, e faz de uma maneira bastante coerente, mas acho que é de extrema importância, visando que as associações de bairros da Cidade de Maringá, mais de cem, realmente necessitam de uma sede própria para suas reuniões. Quase 400.000 habitantes se fazem representar pelos seus Presi-

dentos de Associação. Então, acho que é extremamente justo porque eles são voluntários.

O senhor como Líder e conhecedor da Cidade de Maringá e da região, como é, peço que nos ajude, neste momento, na derrubada do veto.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (Democrata)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Romanelli.

Não conheço o real objetivo do projeto que o Deputado Caíto Quintana apresentou na Assembléia Legislativa visando a doação de um terreno para o Município de Barracão. A mesma coisa em relação ao projeto da Deputada Cida Borghetti, que visa a doação de um imóvel à Federação da Associação de Bairros de Maringá, mas, Deputado Romanelli, veja a justificativa que o Governador usou para vetar esses projetos. Srs. Deputados, vejam o que o Governador usou.

Um lote é para doar para o Município de Barracão. O que o Município de Barracão vai fazer com o lote? Vai construir um bar? O que a Associação de Maringá vai fazer com esse lote, com essa área de terra, imóvel, seja lá o que for? O que vão fazer com isso? E veja o que o Governador usou, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Cida: “vetei o projeto por considerá-lo contrário ao interesse público”.

Puxa, um Município receber uma área ou um imóvel é contrário ao interesse público? Uma associação de moradores de Maringá receber um imóvel, um lote, e o Governador considerar isso contrário ao interesse público? Realmente, não sei o que é de interesse público para o nosso Governador. Por essa razão, eu voto contra esse veto. Entendo que o Deputado Caíto Quintana, que foi constituinte aqui na Assembléia, foi Chefe da Casa Civil do Governador Roberto Requião, a Deputada Cida Borghetti, que apresentaram esse projeto, em interesse do seu município, da sua gente, da sua comunidade, de interesse público para o Município de Barracão, com toda certeza, o Governador veta.

Então, peço aos Srs. Deputados: vamos derrubar o veto e vamos votar NÃO.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, estava acompanhando a linha de raciocínio do nosso eminente Deputado Elio Rusch, e como é um projeto que engloba duas regiões, é do interesse do povo. Um terreno para um município, às vezes dá prejuízo para o Estado, mas pode dar lucro para o Município.

Ao mesmo tempo em que uma associação de moradores, uma associação que cuida de pessoas mais humildes, Maringá tem mais de cem, diz a Deputada

Cida Borghetti. Acho importante que o Estado, que já fez várias doações, faça também. Acho que isso é de interesse do povo e deve ser doado aos Municípios, até porque já fui Prefeito.

E, como um dos projetos é do Deputado Caíto Quintana, que é lá da região de Planalto, Capanema, e como eu quando vim do Rio Grande do Sul, a primeira cidade que fiquei foi Planalto, e depois a primeira rádio em que fui trabalhar foi em Barracão - fiquei lá um período como radialista - não posso votar contra o povo de Barracão, povo que me acolheu com tanto carinho.

Vou votar pela derrubada do veto em respeito àquele povo. Fui radialista daquela cidade, jamais posso votar contra as cidades que me ajudaram a ser o que sou. Voto a favor em benefício, também dessa forma, a eminente Deputada Cida Borghetti nessa luta pelas pessoas mais humildes de Maringá. Por isso meu voto será contra, Sr. Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Longe de mim encaminhar contrário ao encaminhamento do Líder do Governo. Apenas o faço porque sou autor de um projeto. Gostaria de justificar por qual razão foi apresentado esse projeto.

Primeiro, esse projeto de minha autoria que está sendo vetado, ele não está transferindo patrimônio público. Ele está permitindo uma cessão de uso de um imóvel que é do Estado, na Cidade de Barracão, para que se possa construir com recursos federais, a sede da ARCAFARSUL que é a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil. Uma das meninas dos olhos do Governador, que são as casas rurais. Apenas está cedendo o direito de uso, para que se possa construir. É uma entidade reconhecida de Utilidade Pública, portanto pode receber recursos do Governo Federal. Vai poder ter sua sede, para organizar as casas familiares rurais do Sul do Brasil.

Então, quero me posicionar da mesma forma. Desconheço as razões da Deputada Cida apresentar o seu projeto, mas seguramente justificativas legais existem.

Sr. Presidente, respeitando a solicitação do nosso Líder Romanelli, peço *vênia*, mas vou me manifestar favorável ao projeto e pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência esclarece que muitas vezes esses imóveis encontram-se abandonados. Por dispositivo exclusivamente legal, são vetados pelo Governador, o que é uma pena.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi) (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Vinte e nove Srs. Deputados votaram. Treze, SIM; quatorze, NÃO; duas abstenções.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estão mantidos os vetos.

## ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 026/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que sugere que sejam adotadas providências pela secretaria de Estado do Turismo - SETU para, incluir no calendário de eventos turísticos do Estado a Exposição Agrícola de Londrina, a ser realizada de 7 a 10 de junho de 2007. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 018/06, de 28.03.07 em Indicações)

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Sr. Presidente, apenas para agradecer os quatorze votos e desejar uma Feliz Páscoa para todos!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

## Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de resolução nº 001/07.  
2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 160, 183 e 185/07.  
1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 113, 126, 128, e 132/07.

Levanta-se a Sessão.

## Publicações:

## Atas de Comissão

## Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS  
15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e seis, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Tadeu Veneri, Ailton Araújo, Carlos Simões, José Maria Ferreira e Duílio Genari. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo

tempo em que o Senhor Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 121/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 019/06, que objetiva estabelecer normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos poderes do Estado do Paraná, observando as normas gerais sobre a matéria expedidas pela União. Relator Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 452/06, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 51/06, que objetiva alterar a Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS. Relator Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e seis, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado José Maria Ferreira, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Carlos Simões, Duílio Genari e Barbosa Neto. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Senhor Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 031/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, que objetiva assegurar o fornecimento de energia elétrica com tarifa reduzida a Hotéis Fazenda, Sítios e Pousadas. Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
15ª LEGISLATURA - PERÍODO EXTRAORDINÁRIO  
DE 15 DE JANEIRO A 30 DE JANEIRO DE 2007  
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois mil e sete, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças,

na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Carlos Simões, Duílio Genari e José Maria Ferreira. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Senhor Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 430/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que objetiva conceder redução de base de cálculo do imposto nas operações internas com apresentado, banha de porco, mortadela, linguiças e salsichas, exceto em lata, conforme específica e adota outras providências sobre o tributo. Relator Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
15ª LEGISLATURA - PERÍODO EXTRAORDINÁRIO  
DE 15 DE JANEIRO A 30 DE JANEIRO DE 2007  
2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de janeiro de dois mil e sete, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Carlos Simões, Duílio Genari, José Maria Ferreira, Barbosa Neto e Ailton Araújo. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Senhor Deputado Carlos Simões solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 425/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 55/06, que visa corrigir conflitos de interpretação entre a Lei Complementar Estadual nº 107, de 11/01/05 e outras normas legais de cunho específico, objetiva alterar a redação dos artigos 11, 20 e 29, bem como revogar dispositivos expressamente mencionados, da referida Lei Complementar nº 107/05, que estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná. Relator Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 567/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre medidas fiscais relativas ao ICMS (pedras preciosas e semi-preciosas, metais preciosos, etc). Relator Deputado José Maria Ferreira. 03) Projeto de Lei nº 003/07, de autoria do Poder Executivo -

Mensagem nº 002/07, que objetiva instituir, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e 21, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos Municípios que especifica. Relator Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 004/07, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 003/07, que autoriza o Poder Executivo a promover os atos necessários a efetivar a estadualização, mediante incorporação à Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP. Relator Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

## ***Publicações Administrativas***

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS**

Pelo presente instrumento, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à Praça Nossa Senhora de Salete, s/n, Centro Cívico, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.799.542/0001-09, neste ato representada pelo seu Diretor-Geral, Doutor Abib Miguel, resultante da licitação na modalidade de Convite de Preço, Peças sob o nº 045/06, Protocolo nº 2046/06, aqui denominado CONTRATANTE e do outro lado, a empresa Trípoli Turismo Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.208.598/0001-48, com sede nesta capital, situada à Rua Voluntários da Pátria nº 475 - 1º andar, conjunto 01-02, em Curitiba/PR, por seu representante legal abaixo assinado, doravante denominada CONTRATADA, acordam em firmar o presente Contrato de prestação de Serviços de Agenciamento e Fornecimento de Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais, que reger-se-á pelas cláusulas e condições abaixo aduzidas, sob a égide da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações.

#### **Cláusula Primeira - do Objeto**

Contratação de serviços de fornecimento de passagens aéreas e terrestres nacionais e internacionais combinadas com a prestação dos seguintes serviços:

- 1 - reserva e emissão de bilhetes, para vôos nacionais e internacionais, inclusive de retorno;
- 2 - envio de PTA's, quando for o caso, para qualquer ponto do Brasil e exterior;

3 - entrega de bilhetes nos locais indicados por esta Assembléia; reserva de assento, quando necessário.

#### **Cláusula Segunda - do Valor Contratual**

Pela aquisição do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

#### **Cláusula Terceira - das Condições de Pagamento**

O pagamento referente ao presente Contrato será efetuado a cada 10 (dez) dias, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da renovação do processo de pagamento pelo CONTRATANTE, mediante apresentação da competente nota fiscal.

##### **Parágrafo Primeiro:**

O pagamento será efetuado na sede da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA protocolar o requerimento de pagamento no Protocolo Geral, juntando cópia da Nota de Empenho, emitida pela CONTRATANTE Nota fiscal e/ou Fatura, devidamente preenchida sem rasuras, contendo o número da Nota de Empenho e devidamente certificada pelo solicitante, de que o objeto foi entregue conforme o acordado.

##### **Parágrafo Segundo:**

Os serviços objeto deste Contrato serão faturados a cada 10 (dez) dias, devendo a CONTRATADA apresentar a nota de fatura contendo:

- Número da requisição;
- Companhia Aérea ou Terrestre;
- Número do bilhete;
- Nome do passageiro;
- Data de emissão do bilhete/requisição;
- Descrição do trecho;
- Valor normal do bilhete (sem taxa de embarque);
- Valor da taxa de embarque;
- Valor do bilhete com taxa de embarque;
- Valor do desconto oferecido pela Contratada;
- Valor líquido do bilhete (com todos os descontos).

##### **Parágrafo Terceiro:**

O pagamento da fatura relativa à prestação dos serviços de fornecimento de passagens com tarifas promocionais será efetuado pela CONTRATANTE, dentro das condições oferecidas pelas Companhias.

##### **Parágrafo Quarto:**

Caso seja constatada alguma irregularidade na fatura emitida pela CONTRATADA ou nos documentos que a integram, suas partes controversas serão pagas normalmente, sendo as demais devolvidas para as devidas correções.

#### **Cláusula Quarta - do Recurso Financeiro**

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta dos recursos da Dotação Orçamentária nº 3390.3300, Nota de Empenho no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

**Parágrafo Primeiro:**

O faturamento relativo ao Contrato é meramente estimativo, não cabendo à CONTRATADA quaisquer direitos, caso o mesmo não seja atingido durante sua vigência.

**Parágrafo Segundo:**

Pelos serviços prestados, objeto deste instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA tão somente os valores dos bilhetes de passagens, incidirá o desconto de 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento), constante da proposta.

**Cláusula Quinta - do Critério de Reajuste**

O presente instrumento contratual não sofrerá reajuste.

**Cláusula Sexta - do Prazo e Condições de entrega**

O objeto será entregue parceladamente tendo como prazo no máximo 04 (quatro) horas, antes do horário marcado para apresentação no embarque.

**Cláusula Sétima - das Alterações Contratuais**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços pactuados, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Cláusula Oitava - dos Direitos e Responsabilidades das partes**

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo conveniados.

**Parágrafo Primeiro:**

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar os pagamentos na forma pactuada;
- b) Esclarecer à CONTRATADA qualquer dúvida, em tempo hábil, dando-lhe condições necessárias para a perfeita execução do avençado;
- c) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer irregularidade decorrente da execução do Contrato, tais como extravio de passagens e de bagagens necessidade de reembolso de passagens, etc.;
- d) Em caso de extravio de bilhete de passagens, em que a CONTRATANTE venha utilizá-lo para transporte, reembolso ou outra finalidade, a CONTRATANTE responsabilizar-se-á pelo pagamento das tarifas correspondentes aos cupons de vôos perdidos e das taxas de embarque;
- e) Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar em todos os casos omissos;
- f) A seu crédito, devolver à CONTRATADA as passagens não utilizadas num espaço igual ou superior a

dez dias, contados a partir da data da emissão do bilhete, para ressarcimento dos valores pagos;

g) Manter, sempre por escrito, entendimentos sobre serviços, com a CONTRATADA, ressalvados os casos determinados pela urgência, cujos entendimentos verbais deverão ser confirmados por escrito, dentro do prazo máximo de três dias úteis;

**Parágrafo Segundo:**

Constituem obrigações da CONTRATADA:

**I - Quanto aos Serviços:**

a) As passagens deverão ser entregues nos endereços e prazos determinados pela CONTRATANTE, através de pessoal e transporte sob a responsabilidade e expensas da CONTRATADA;

b) Os bilhetes de passagens deverão ser fornecidos e entregues no prazo máximo de quatro horas, a contar de sua solicitação no endereço indicado pela CONTRATANTE, na cidade de Curitiba - PR;

c) Quando a CONTRATANTE, em razão de urgência, solicitar emissão de bilhetes, num prazo inferior ao mencionado acima, executar os serviços em caráter excepcional;

d) Entregar os bilhetes junto com as requisições das passagens;

e) Cancelar as passagens não utilizadas num espaço igual ou superior a 10 (dez) dias, contados a partir da data de emissão do bilhete, sem ônus para a CONTRATANTE, providenciando seu crédito na próxima fatura;

**II - Quanto à Estrutura de Atendimento:**

Manter cadastro que a habilite ao fornecimento de bilhetes junto às empresas nacionais e internacionais, solicitadas no Edital;

**III - Gerais:**

a) Responsabilizar-se pela integral prestação de serviços, inclusive obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor;

b) Repassar à CONTRATANTE quaisquer vantagens oferecidas pelas Companhias, relativas às tarifas promocionais sobre o fornecimento de passagens, dentro da praxe do mercado de viagens e turismo;

c) A CONTRATADA autoriza à CONTRATANTE a deduzir das faturas os valores que vier a pagar a terceiros, pelo atendimento de serviços não realizados ou efetuados, pelo atendimento de serviços não realizados ou efetuados com atraso de maneira insatisfatória, pela CONTRATADA;

d) Ressarcir quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por ocasião da execução ou em decorrência dos serviços ora contratados, bem como quaisquer ônus oriundos de processos judiciais ou administrativos;

e) Deduzir das faturas apresentadas os valores correspondentes aos bilhetes pagos e não utilizados, que a ela tenham sido devolvidos oportunamente e nos prazos previstos na legislação específica;

f) Observar, rigorosamente, as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões;

g) Reembolsar, pontualmente, as concessionárias pelo valor dos bilhetes e ordens de passagens, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade por eventuais inadimplementos de suas obrigações;

h) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato;

i) Manter contato com a CONTRATANTE, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência dos serviços;

j) Oferecer à CONTRATANTE condições de liberdade de opção para escolher as empresas, horários e percursos que cobrirão;

k) Nos casos de interrupção ou retardamento da viagem, a CONTRATADA assim que comunicada, providenciará para sua conclusão, a obtenção de outra Companhia, se necessário for, que ofereça equivalente para o mesmo destino;

l) Se a CONTRATANTE deixar de viajar de atraso em conexão deverá a CONTRATADA, providenciar a revalidação do bilhete para o trecho seguinte, sem ônus para a CONTRATANTE;

m) Evitar a cobrança de outras taxas, comissões, emolumentos e outros que não aqueles instituídos por lei, técnicas, etc.;

n) Garantir as poltronas do CONTRATANTE, nas condições específicas no bilhete da passagem;

o) Devolver à CONTRATANTE, a diferença do preço da passagem, quando a viagem seja total ou parcialmente, em meio de transporte de característica inferior às daquelas contratadas, mediante desconto em fatura;

p) Fornecer à CONTRATANTE, bilhetes de passagens de agências transportadoras, cujos prepostos demonstrem desempenho profissional satisfatório, garantam a integridade das pessoas e das bagagens, e ainda, forneçam serviços adequados, entendido estes, como os que satisfaçam as condições de pontualidade, continuidade, regularidade, segurança, eficiência e cortesia, na sua prestação.

q) Na hipótese de extravio de bilhete regularmente emitido, a CONTRATADA deverá proceder à sua substituição nas mesmas bases e condições contratadas, respeitando o prazo de validade original;

r) Assegurar o reembolso dos bilhetes e passagens emitidos somente à CONTRATANTE, caso o passageiro venha a desistir da viagem;

s) Responsabilizar-se nos casos de reservas entre vôos de conexão, que tenham sido confirmados com intervalo insuficiente na referida conexão e tomar as providências para a continuidade da viagem da CONTRATANTE, junto à companhia transportadora;

t) Atender com urbanidade às solicitações do CONTRATANTE, oriundas do presente instrumento, bem como as informações acerca das características do serviço;

u) Cumprir fielmente as cláusulas do Contrato, e dos documentos que a ele integram, ou seja, o Edital. Seus anexos e a proposta apresentada;

v) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a contratação com a Administração Pública, de acordo com a legislação pertinente;

w) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumpridas a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas neste Contrato, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

#### **Cláusula Décima - das Sanções Administrativas para o caso de Inadimplemento Contratual**

##### **Parágrafo Primeiro:**

No caso de não cumprimento do prazo de entrega do objeto constante da Cláusula Sexta, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor total da quantidade do objeto solicitado pelo CONTRATANTE, por dia útil excedente ao respeito prazo, limitada a 2% (dois por cento) do valor total solicitado.

##### **Parágrafo Segundo:**

Pela inexecução total ou parcial o CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que em caso de multa, esta corresponderá a 10% (dez por cento) do valor total solicitado.

#### **Cláusula Décima Primeira - da Rescisão**

O presente Contrato deverá ser rescindido caso ocorrem quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei nº 8666/93.

##### **Parágrafo Único:**

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8666/93.

#### **Cláusula Décima Segunda - da Legislação Aplicável**

*O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas ulteriores modificações, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teo-*

*ria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.*

**Cláusula Décima Terceira - da Transmissão de Documentos**

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou carta.

**Cláusula Décima Quarta - da Vigência**

A vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, a partir de 12 de fevereiro de 2007, passível de renovação, limitada há sessenta meses, conforme a Lei 8.666/93, art. 57, inciso II.

**Cláusula Décima Quinta - dos Casos Omissos**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n° 8.666/93, demais legislações pertinentes e dos princípios gerais de direito.

**Cláusula Décima Sexta - da Publicidade**

Uma vez firmado, o presente Contrato terá seu estrato publicado no Diário Oficial do Estado, pelo CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto art. 61 parágrafo 1°, da Lei n° 8.666/93.

Curitiba, em 12 de fevereiro de 2007.

(aa) ABIB MIGUEL

Contratante

JOSANNE RIZENTAL SAVAS

Contratada

